



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**A EVASÃO DE ALUNOS NAS TURMAS DA EJA: UMA EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA CIDADE
DE PRESIDENTE FIGUEIREDO NO ESTADO DO AMAZONAS-
BRASIL**

Maria do Socorro Leal da Silva

Asunción, Paraguay

2023

Maria do Socorro Leal da Silva

**A EVASÃO DE ALUNOS NAS TURMAS DA EJA: UMA EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA CIDADE
DE PRESIDENTE FIGUEIREDO NO ESTADO DO AMAZONAS-
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Maestría en Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Asunción – Py, como requisito parcial para obtenção do grau de Master en Ciencias de la Educación.

Tutor: Dr. Elías Rocha Gonçalves

Asunción, Paraguay

2023

Silva , Maria do Socorro Leal da. 2023

A EVASÃO DE ALUNOS NAS TURMAS DA EJA: uma Educação de qualidade em escolas
públicas municipais da Cidade de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas-Brasil

92 p

Orientador: Dr. Dr. Elias Rocha Gonçalves

Maestria em Ciencias de la Educación

Universidad Autónoma de Asunción, 2023

Maria do Socorro Leal da Silva

**A EVASÃO DE ALUNOS NAS TURMAS DA EJA: UMA EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA CIDADE
DE PRESIDENTE FIGUEIREDO NO ESTADO DO AMAZONAS-
BRASIL**

Esta Dissertação foi avaliada e aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de
Master en Ciencias de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA.

Asunción, Paraguay

2023

DEDICATÓRIA

IN MEMORIAM

Dedico esse trabalho aos meus saudosos pais e irmãos.

Pai, João Batista da Silva,
Mãe. Francisca Leal da Silva,
Irmão, Olavo Leal da Silva,
Minha irmã Professora.

Que sempre me apoiara e acreditaram na realização de meus sonhos. . .

Com todo meu amor e gratidão, com toda força do meu coração e de minha toda minha ala,
obrigada por tudo, saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão a Deus. Autor da Vida, da sabedoria e dar alegria do ser humano. Pela sua infinita bondade e misericórdia; por ter iluminado os meus caninhos, trilhados durante este curso, me fortalecendo para ultrapassar as barreiras.

Agradeço ao meu esposo Delson Cativo Marques, pelo incentivo e compreensão das muitas ausências durante estes anos de estudo, me dando força para que eu realizasse este sonho.

Agradeço aos meus irmãos, irmãs e toda família, que me fazem me sentir mais forte para triunfar em meus sonhos....

Quero agradecer de forma especial pela aos amados professores desta conceituada Universidade Autônoma de Assunção, pela dedicação, empenho e carinho

Aos queridos colegas da turma, que direto ou indiretamente, me incentivaram e me ajudaram, dando força e coragem para suprir todas os momentos difíceis.

Ao meu orientador ., Dr. Elias Rocha Gonçalves, que depositou sua confiança em mim e que sempre me estimulou nesno quando encontrava dificuldades.

As queridas, amadas professoras mestras:

Antonia Lurdenilda Neneses e Maiara de Paulo Lacerdas, foram meu esteio durante a minha jornada de estudos, sempre pude contar com o apoio delas, e tiveram sempre ao meu lado com suas contribuições, inspirações e com suas orientações essenciais referentes à conclusão do curso.

A professora mestra, Maria Selma, que também contribuiu para eu realizar este sonho.

Em especial ao meu amigo Professor Doutor Luis Segio Castro, agradeço pela sua brilhante condução, orientação e participação, para que esta dissertação fosse concluída com sua vasta experiência.

Aos amigos e colegas deste município, que contribuía de certa forma e também me incentivaram me dando força para continuar nesta trajetória.

Gratidão a Deus...

EPÍGRAFE

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 O OBJETIVO GERAL	16
1.2 OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.3 O PERCUSSO PROFISSIONAL DA PESQUISADORA COMO PROFESSORA ATÉ A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	17
2. MARCO TEÓRICO.....	20
2.1 O MARCO LEGAL – CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRESIDENTE FIGUEIREDO NO AMAZONAS.....	20
2.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....	26
2.3 A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	28
2.3.1 A Evasão na EJA e o processo de conscientização cultural amazônico.....	33
2.4 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO E BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EJA.....	42
3. MARCO METODOLÓGICO	52
3.1 CONTEXTO DA PESQUISA – LOCAL DE ESTUDO.....	52
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	55
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	57
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	58
4.1 OS ENTREVISTADOS.....	60
4.1.1 Os alunos.....	60
4.1.1.1 GF 1, GF 2 e GF 3 repostas.....	60
4.1.2 Os Professores.....	63
4.1.2.1 Das expressões livres dos/as professores/as.....	64
4.2 A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS À LUZ DOS OBJETIVOS.....	67
4.2.1 A prática de ensino dos professores nas turmas da EJA, as aulas, os métodos de ensino, as formas de avaliações e a escolha dos materiais didáticos utilizados	67
4.2.2 A realidade socioeconômica em que vivem os alunos da EJA, procurando compreender o contexto social em que estão inseridos, os seus sonhos e as suas perspectivas com o curso.....	72
CONCLUSÕES.....	75
RECOMENDAÇÕES.....	79
REFERÊNCIAS.....	80

RESUMO

Esta dissertação aborda a percepção dos alunos e professores/as com os aspectos da evasão na EJA. Neste estudo, procuramos refletir sobre o problema de quais os fatores que ocasionam a evasão escolar nas turmas da EJA nas escolas municipais de Presidente Figueiredo? Nossos objetivos foram: Analisar os fatores que ocasionam a evasão escolar nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola pública. Os objetivos específicos: Compreender a prática de ensino dos professores nas turmas da EJA, como tem sido planejado as aulas, os métodos de ensino, as formas de avaliações e a escolha dos materiais didáticos utilizados; Contextualizar a realidade socioeconômica em que vivem os alunos da EJA, procurando compreender o contexto social em que estão inseridos, assim como, os seus sonhos e perspectivas com o curso e dissertar sobre os projetos e programas municipais, estaduais e federais em que os alunos da EJA. Nossas análises foram embasadas pelas Propostas Curriculares da EJA (Brasil, 2022, 2020, 2021.), Documentos, Pareceres e Resoluções do CNE/CEB (2000) e as Diretrizes Curriculares da EJA e a LDB (Brasil, 2021, 1996) e teóricos de discutem a EJA (Cruz & Gonçalves, 2015; Arroyo, 2005; Gadotti, 1992; Paulo Freire, 1989). Os alunos da EJA são pessoas que trabalham de oito a dez horas por dia, quase a totalidade das turmas investigadas, algumas mulheres já são mães e não têm quem cuide dos filhos pequenos, algumas possuem até dois filhos ainda na adolescência, muitos alunos moram distante da escola, ou são afetados por outros problemas sociais; supõe-se, que por essas razões, boa parte desses alunos termina por se evadirem da escola. Muitos são os desafios que esses sujeitos encontram em seus cotidianos de existência, em seu cotidiano escolar e não diferente em seu cotidiano profissional. Esses aspectos fazem parte da vida, e de uma vida difícil na maioria das vezes em que o nível de escolarização daqueles que buscam outros patamares de uma vida mais digna e menos excludente se torna uma luta incessante por um lugar mais justo na sociedade. Em meio a todo um cenário de iminentes chegadas e distanciamentos, em relação à aplicabilidade do que legislam as políticas públicas educacionais, no contexto da EJA, existem ações concretas, de interesses e compromissos, em avançar para uma realidade positiva. Mas em que velocidade, ou compromisso, vai depender dos interesses administrativos públicos e do empenho da Escola.

Palavras-Chaves: Educação de Jovens e Adultos. Evasão. Fazer Pedagógico. Educação no Amazonas. Políticas de Formação de Professores.

RESUMEN

Esta disertación aborda la percepción de estudiantes y docentes con aspectos de deserción en EJA. En este estudio, buscamos reflexionar sobre el problema de ¿cuáles son los factores que provocan la deserción escolar en las clases de la EJA en las escuelas municipales de Presidente Figueiredo? Nuestros objetivos fueron: Analizar los factores que provocan la deserción escolar en las clases de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en una escuela pública. Los objetivos específicos: Comprender la práctica docente de los docentes de las clases de la EJA, cómo se han planificado las clases, los métodos de enseñanza, las formas de evaluación y la elección de los materiales didácticos utilizados; Contextualizar la realidad socioeconómica en la que viven los estudiantes de EJA, tratando de comprender el contexto social en el que están insertos, así como sus sueños y perspectivas con el curso y discutir los proyectos y programas municipales, estatales y federales en los que participan los estudiantes de EJA. . Nuestros análisis se basaron en las Propuestas Curriculares de la EJA (Brasil, 2022, 2020, 2021), los Documentos, Opiniones y Resoluciones de la CNE/CEB (2000) y las Directrices Curriculares de la EJA y la LDB (Brasil, 2021, 1996).) y discusión teórica EJA (Cruz & Gonçalves, 2015; Arroyo, 2005; Gadotti, 1992; Paulo Freire, 1989). Los estudiantes de EJA son personas que trabajan de ocho a diez horas diarias, casi todos los grupos investigados, algunas mujeres ya son madres y no tienen quien cuide a sus hijos pequeños, algunas tienen hasta dos hijos aún en la adolescencia, muchos estudiantes viven lejos de la escuela, o se ven afectados por otros problemas sociales; se supone que por estas razones, la mayoría de estos estudiantes terminan abandonando la escuela. Son muchos los desafíos que estos sujetos enfrentan en su vida cotidiana, en su rutina escolar y no diferente en su rutina profesional. Estos aspectos son parte de la vida, y de una vida difícil la mayor parte del tiempo en la que el nivel educativo de quienes buscan otros niveles de vida más digna y menos excluyente se convierte en una lucha incesante por un lugar más justo en la sociedad. En medio de todo un escenario de llegadas y desprendimientos inminentes, en relación a la aplicabilidad de lo que legislan las políticas públicas educativas, en el contexto de la EJA, existen acciones concretas, de intereses y compromisos, para transitar hacia una realidad positiva. Pero con qué velocidad, o compromiso, dependerá de los intereses de la administración pública y del compromiso de la Escuela.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Abandono de escuela. Hacer Pedagógico. Educación en la Amazonía. Políticas de Formación Docente.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de ensino no Brasil que tem o objetivo de desenvolver a educação básica com qualidade, para as pessoas que não se encontram mais em idade escolar e que por alguma razão não tiveram oportunidade de estudar. A cada ano que passa consegue-se ver claramente que o processo de Ensino aprendizagem na EJA torna-se cada vez mais intenso.

O que nos motivou a realizar esta pesquisa foi o nosso envolvimento, o interesse e o compromisso com minha atuação profissional no aprofundamento dos conhecimentos a respeito da temática da EJA. A pesquisa leva em consideração as concepções relacionadas às ideias já desenvolvidas nas pesquisas sobre o assunto.

Esta pesquisa tem como tema principal investigar o contexto da evasão de alunos nas turmas da EJA com interesse em contribuir para o debate sobre uma educação de qualidade em escolas públicas municipais. O lócus de investigação da pesquisa se deu em Presidente Figueiredo no Amazonas em uma escola com turmas de educação de jovens e adultos no turno noturno. Intencionamos com esse trabalho contribuir para construção de uma escola mais próxima da comunidade e dos interesses de seus sujeitos, em nosso caso nossos estudantes da EJA.

Entendemos que é importante discutir tal temática no âmbito das escolas locais, em que se dão as ações da Educação de Jovens e Adultos, a pesquisa nesse momento torna-se fator imprescindível para o desvelamento da realidade vivida à luz dos pressupostos teórico da investigação. O estudo que se desenvolveu visou discutir aspectos da evasão nas turmas da EJA e as práticas dos professores, bem como as situações da realidade dos alunos e o compromisso do poder público destinado a esse seguimento educacional.

A junção destes dois fatores analisada e refletida pela pesquisadora, permite uma melhor elucidação do **objeto de pesquisa** a ser investigado. No caso desse trabalho, **a evasão de jovens e adultos nos cursos de EJA**. Tal objeto está imbricado ao **problema da pesquisa** que levantamos e o qual motivou essa pesquisa a investigar, **em que circunstancias desenvolver uma educação de qualidade ao levarmos em conta os esvaziamentos das turmas de EJA ao longo do Ano Letivo**.

São esses aspectos que nos colocaram frente às nossas questões norteadoras: Qual a prática de ensino dos professores nas turmas da EJA, como tem sido planejada as aulas, os métodos de ensino, as formas de avaliações e a escolha dos materiais didáticos utilizados?

Como é a realidade socioeconômica em que vivem os alunos da EJA, na procura compreender o contexto social em que estão inseridos, assim como, os seus sonhos e perspectivas com o curso? Quais os projetos e programas municipais, estaduais e federais em que os alunos da EJA fazem parte no decorrer do ano letivo?

Nesse contexto é necessário enfrentar o desafio de discutir com todos e todas objetivando a melhor qualidade de ensino nesse segmento. Entendemos que o diálogo com os nossos pares, professores e alunos nos põe no nível melhor de compreensão de nossas diferenças e incompletudes, e que precisamos nos reconhecer como uma sociedade, a sociedade humana em sua multiplicidade e nas suas particularidades culturais

Nos contextos da Educação de Jovens e Adultos, ensinar de maneira eficiente e com qualidade diz respeito a ensinar a diversidade dos sujeitos coletivos, buscando um projeto de sociedade mais humanizada, em seus aspectos multiculturais. Este aspecto multicultural é elemento evidente em nossa região; somos caracterizados por grande fluxo de migrantes de todas as regiões do país, dos municípios do Amazonas e dos múltiplos espaços amazônicos internacionais.

A diversidade cultural amazônica torna-se evidente, devido ao fato da existência de um vasto número de povos na região que se inter-relacionam e se interdependem num contexto geopolítico complexo. Os povos indígenas¹⁸ interagiram com comunidades de outros grupos humanos da própria Amazônia e de inúmeros lugares do Brasil, caboclos, ribeirinhos e do mundo, motivados por um imaginário, fruto das aventuras de exploradores atrelados a sistemas de comércio globais que se originaram há muito, já num contexto de exploração, domínio e extermínio, e essas pessoas se fixaram por aqui, no decorrer da história da Amazônia. (Almeida, 2018, p.85)

Os alunos que estão nesta educação, em sua grande maioria, são trabalhadores de meia idade, que por diversos motivos não tiveram oportunidades quando adolescentes e que dispõem do seu único tempo de descanso (à noite) para se dedicar aos estudos. Temos consciência de que não basta a Lei para ter garantidas as condições de acesso à escola para os jovens e adultos, mas sim uma política pública responsável que garanta a ação dos direitos dos alunos e deveres públicos adequados a cada realidade.

A educação de jovens e adultos vem sendo um vínculo forte e cultural pode-se observar a preocupação dos adultos e jovens em como proceder com o desenvolvimento da sociedade. Falar desse cenário, presente nesse estudo, relacionado à educação de jovens e adultos mostram pensamentos diversos de como a essa educação veio sendo desenvolvida no Brasil com o passar dos anos.

Tendo as pesquisas como base, vê-se que existem diversas preocupações já há muito discutido, principalmente dos jovens sobre o que fará no caminhar de sua vida profissional. É então que se fala de intervenção das políticas públicas, como essa pode intervir nesse contexto, chega-se a uma conclusão que é de grande importância o desenvolvimento da juventude, esta tem como obrigação o amparo à respeitabilidade educacional na sociedade, pois tem em vista o asseguramento do acolhimento dos indivíduos e da coletividade.

Se refletir em uma maneira de incluir o máximo de parte dos jovens e adultos que tem a necessidade de educação em projetos que envolvam a educação desses, é possível se esperar um avanço maior cultural de aprendizagem e intelecto desses. O avanço social seria maior, envolvendo a educação e os empregos, pois a educação o desenvolvimento educacional é o pilar na vida do ser humano.

Ao tratarmos de outros estudos sobre a temática, foram realizadas consultas no site da Universidade Federal do Amazonas, no banco de teses e dissertações, daí fizemos uma seleção das pesquisas que mais nos interessavam sobre nossa temática. Elas foram feitas a partir de descritores que escolhemos como palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos e Evasão na EJA e por fim cruzamos as palavras com a palavra principal de nosso tema, A Evasão da Educação de Jovens e Adultos.

A tese intitulada "*A Educação no horizonte do provável: dispositivos biopolíticas na escolarização de pessoas jovens e adultas*" disserta objetivos que estão relacionados a sustentabilidade dos dispositivos governamentais que tem como desenvolvimento a administração da sociedade e das populações adultas referentes a escolarização.

Segundo a autora Lima (2015), leva sua pesquisa a um olhar biopolítica com ênfase na Educação de Adultos, o estudo discute as linhas de enunciabilidade e visibilidade referentes a modalidade educacional, pois a mesma vem sendo produzida por um fenômeno biopolítica no âmbito da educação escolar.

Diante dos conceitos governamentais e biopolítica em Foucault, a pesquisa da autora teve como foco os processos que ponderam a criação da população não alfabetizada, essas que por muitas vezes são vistas pelas tecnologias como abandono e constrangimento.

Portanto, o posicionamento metodológico da tese citada, em sua síntese aborda as genealógicas dos estudos foucaultianos, esses que são primordiais para esta pesquisa também, pois Foucault discursa sobre as análises biopolíticas, priorizando os procedimentos de compreender as relações dos poderes que advém de discursos parlamentares das campanhas de alfabetização e audiovisual, discute o campo como uma maneira de deixar um pensamento reflexivo sobre a pedagogia, pois assim vemos o verdadeiro objetivo da Educação Escolar

para a população adulta, mostrando o valor que tem a escrita na vida dessas populações, além de formular a subjetividade que encarrega a interpelação dos sujeitos, ordenando para um discurso escolar inclusivo.

Segundo Biffi (2017), em sua dissertação sobre a *Educação de Jovens e Adultos: Uma retomada à cidadania*, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, disserta que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos diante das perspectivas históricas, vem acontecendo desde os primórdios, pois sempre foram existentes os movimentos educacionais no Brasil. A autora demonstra a importância dessa modalidade educacional, pois abrange a mudança pessoal para os alunos, jovens e adultos, o que leva a um olhar além do aprendizado em sala de aula, os resultados através de entrevistas mostraram que o estudo para esses alunos da modalidade EJA, levou a eles algo além de apenas estar presente nas aulas e compreender o que foi passado, mostrou um mundo de oportunidades, pois muitos deles conseguiram uma empregabilidade e chegaram à faculdade através dos estudos.

A pesquisadora Medeiros (2018), confirma em seu estudo sobre o *Direito de ser: formação e experiência na Educação de Jovens e Adultos Sociedade*, na trajetória de suas observações no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), em Campo Limpo, em uma periferia de São Paulo-SP, tiveram como resultados destas, que os alunos da EJA muito tem colaborado para uma formação privilegiada, pois eles tem a plena consciência de que a condição social é ressignificada, propicia as devidas condições para o desenvolvimento profissional, formação política e de identidade social.

Portanto, diante dos questionários feitos pela autora com perguntas abertas e fechadas, tiveram tais resultados, que a estruturação de um projeto de ensino na Educação de Jovens e Adultos, pode proporcionar aos alunos uma boa desenvoltura tanto profissional, quanto de forma geral no decorrer de sua vida, isso através da educação, dando um sentido a mais para a própria caminhada em sociedade e até mesmo para a escola, pois para a mesma reconhecer que a reestruturação do aluno no meio social de forma muito mais digna através da educação, torna-se para os profissionais pedagógicos um grande privilégio.

Assim, os resultados da pesquisa da autora, mostraram que os espaços escolares são também sociais, comunitários, político e integrador de diversidades contidas em seu entorno.

O autor Pereira (2015), disserta que em suas pesquisas são utilizadas a Modelagem Matemática como uma estratégia de ensino/aprendizagem, essas são apresentadas para as turmas do 1º ano do ensino médio, aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), não foi diferente, foi utilizada a modelagem como forma de estratégia para o ensino. É de grande relevância apresentar propostas que tenham como alvo as investigações da potencialidade das

modelagens matemática, pois busca aspectos favoráveis para o ensino da Matemática a todo o público da modalidade EJA.

Nos estudos do autor pode-se compreender que as atividades relacionadas a modelagem, fez-se necessário para os alunos, pois o mesmos utilizaram como ancora as noções de função e áreas de figuras planas, tendo como objetivo a aprendizagem significativa. Os resultados da referida pesquisa, teve uma utilização da Modelagem Matemática no ensino da EJA de forma promissora, porém foi constatado que existe uma grande necessidade de ultrapassar os obstáculos relacionados a didática, quanto a gestão de sala de aula, pois não é tarefa simples, acaba exigindo uma postura diferente, tanto do aluno, quanto do professor diante da produção do conhecimento.

Nesse ínterim são destacados os interesses e as participações dos alunos, vemos então que é fundamental o uso da Modelagem, pois permite aos alunos que estabeleçam uma relação entre os conteúdos que o favorecem ao conhecimento.

A autora, Nazario (2014), apresenta a pesquisa sobre *A política de educação municipal e o tratamento da educação de jovens e adultos*, essa modalidade educativa é prevista pela LDBEN (Lei 9394/96) e pela Constituição Federal de 1988, é oferecida pela União, Estados, Municípios, porém é o último responsável pelas fases iniciais correspondentes da educação fundamental que deve colaborar com os outros entes.

Nos estudos da autora verificou-se como o estudo e a política de educação municipal proposta para a EJA por muitas vezes se mostra de maneira primaria, tendo em sua realidade grandes dificuldades de realizar ações na essência do município que estão voltadas para uma realidade educacional.

Os resultados mostraram que os sujeitos pesquisados apontaram a EJA como uma problemática, pois a sociedade ainda trata esses sujeitos como diferenciados; e diante das pesquisas foram encontradas baixas frequência de alunos em sala de aula e um grande índice de desistência, essas questões acabam afetando todos os municípios de forma geral, enfrentar o analfabetismo e conduzir ações mais permanentes para a EJA, aponta que os municípios necessitam agir com mais autonomia diante das questões locais, no tentante de dar o fortalecimento ao tom das ações educacionais.

1.1 O OBJETIVO GERAL

Analisar os fatores que ocasionam a evasão escolar nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas municipais de Presidente Figueiredo no Amazonas-Brasil.

1.2 OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender a prática de ensino dos professores nas turmas da EJA, como têm sido planejadas as aulas, os métodos de ensino, as formas de avaliações e a escolha dos materiais didáticos utilizados; Contextualizar a realidade socioeconômica em que vivem os alunos da EJA, procurando compreender o contexto social em que estão inseridos, assim como, os seus sonhos e perspectivas com o curso; Dissertar sobre os projetos e programas municipais, estaduais e federais em que os alunos da EJA fazem parte no decorrer do ano letivo.

1.3 O PERCUSSO PROFISSIONAL DA PESQUISADORA COMO PROFESSORA ATÉ A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A vida é um Palco. . .

Eu, Professora Maria do Socorro Leal da Silva, natural de Morada Nova/CE, formada em nível superior em 1986 pela Universidade Estadual do Ceará, no curso de Ciências da Matemática na cidade de Limoeiro do Norte/CE. Iniciei minha caminhada de estudante na zona rural, estudando da alfabetização até a quarta série primária. Em seguida migrei para a cidade de Morada Nova, cursei o 5º ano do Ensino Fundamental até o 2º ano ginásial.

Como estudante na época em que cursava o 8º ano, fui solicitada para substituir professores que lecionavam nas sextas séries, na disciplina de Matemática, pois os mesmos estavam precisando de se ausentar da sala de aula. Então fui convidada para assumir salas de aula de Matemática na escola estadual Egídia Cavalcante; aceitei o desafio em ministrar aulas naquela escola.

Desde então, continuei a substituir os professores quando eles precisavam se ausentar de salas de aulas, por motivos de licenças particulares ou de saúde. Nesse caminho continuei estudando e substituindo os professores que precisavam de substitutos na escola. Foram dessas substituições que obtive as primeiras experiências em sala de aula, e com essas práticas de docência gostei.

Foi assim que resolvi contribuir para o bem-estar social e de ensino-aprendizagem nessa área de ensino da Matemática e Biologia. Depois de ter colado grau no ensino superior recebi um convite do presidente da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo no Amazonas para lecionar nas disciplinas de Matemática e Biologia da primeira turma do 2º Grau da Escola Maria Calderaro em Presidente Figueiredo/AM, isso ocorreu no mês de julho do ano de 1990.

Então parti para enfrentar mais esse grande desafio, sai de Morada Nova no dia 12 de julho de 1990, para suprir necessidades de carência de professores nas turmas de 2º Grau no Amazonas no referido município. Daí fui contratada pela Secretaria Estadual de Educação/AM, para atender as necessidades da escola. Como o quadro de profissionais em educação era todo formado em Magistério a SEDUC ofereceu cursos de formação de aperfeiçoamento, para os professores com o objetivo de nivelar os mesmos para o Magistério ou 4º adicional em 1994.

Nesse aperfeiçoamento do Trabalho em educação fui contratada para ministrar aulas em duas disciplinas, Matemática e Biologia. Prestei concurso público municipal para atuar como professora e fui aprovada. Em seguida fui contratada para assumir a vaga de professora de Matemática no ano seguinte. Em 1997 novamente a Secretaria Municipal de Educação fez novo concurso, e aí, fui aprovada com numa vaga.

Em outro concurso fui contratada à escola municipal Deise Lamel, nas turmas de EJA, no ano de 2013. Durante o período letivo adquiri práticas para lidar com diversas experiências trazidas pelos educandos e também aprendi a valorizar os conhecimentos dos alunos em seus cotidianos.

Em minha jornada como docente pude observar que havia necessidade de usar metodologias específicas para essa modalidade de ensino. Percebi que era necessária uma troca de experiência entre educadores e educandos para que o aprendizado acontecesse de maneira mais motivadora, visando que os estudantes da EJA avançassem no seu aprendizado e não se sentindo incapazes.

No decorrer dos anos de 1997 até 2000 assumi um trabalho de gestão, como diretora da escola municipal Engenheiro Nelson Dorneles. Foi uma experiência e um grande desafio na minha vida profissional de Educadora. Em 2006 coleí grau superior nos cursos de bacharel em Ciências Biológicas com ênfase em ciências ambientais pela Universidade Nilton Lins em Manaus/AM.

Em 2008 concluí o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Ambiental pela Faculdade de Educação da Serra. Em 2009 concluí o curso de especialização em Educação Matemática pela Universidade do Estado do Amazonas. No ano de 2021 trabalhei novamente na escola Deise Lamel, no Ensino Fundamental pelo sistema de aula remota e também lotada na Escola Municipal Mário Jorge Gomes da Costa. Hoje, no ano de 2022 foi encaminhada para ministrar aulas nos turnos manhã e tarde na Escola Municipal Mário Jorge Gomes da Costa. Ressalto que farei no dia 13 de Junho 2002, 32 anos de profissão na ativa, Contribuindo para o desenvolvimento e crescimento do ensino em Presidente

Figueiredo/AM. Minha gratidão a Deus pela força e saúde pelo rico aprendizado crescimento e boa experiência marcante na jornada de Educadora neste município.

Nesse sentido Este trabalho está assim organizado: o Marco Teórico em que discutimos os aspectos legais da EJA, contextualizando a educação em Presidente Figueiredo no Amazonas. A formação continuada do professor de jovens e adultos apresentando a importância desse trabalho contínuo de formação, oferecido aos professores.

Em seguida discutimos a evasão na educação de jovens e adultos com desdobramento no processo de conscientização cultural amazônica, entendendo que discutir os problemas amazônicos é imprescindível para nós, aqui em nosso local em consideração a necessidade de pesquisas na área, por fim nessa seção apresentamos o município de Presidente Figueiredo em Breves considerações sobre a EJA.

No Marco Metodológico apresentamos o contexto da pesquisa e o local de estudo, seus participantes e os nossos procedimentos de coleta de dados. Em seguida, na análise dos dados estão os entrevistados que fizeram parte de nossas investigações, os alunos de três turmas da escola do turno noturno. Para essa coleta de dados utilizamos uma técnica de pesquisa denominada de grupos focais, melhor explicado a frente, evidenciamos que para a coleta de dados dos alunos só conseguimos realizar o trabalho, no retorno do momento pós-pandemia da Covid-19.

Na a coleta de dados realizamos um encontro com os professores participantes da pesquisa de forma remota por mídia social, ainda no período de *lockdown* determinados pela Organização Mundial de Saúde. Outro item dessa seção é a interpretação dos dados à luz dos objetivos, em que para cada objetivo específico abrimos uma discussão sobre: a prática de ensino dos professores nas turmas da EJA, as aulas, os métodos de ensino, as formas de avaliações e a escolha dos materiais didáticos utilizados; a realidade socioeconômica em que vivem os alunos da EJA, procurando compreender o contexto social em que estes estão inseridos, os seus sonhos e as suas perspectivas no concurso e os projetos e programas municipais, estaduais e Federais em que os alunos da EJA fazem parte no decorrer do ano letivo.

Estes contextos estão diretamente associados aos objetivos específicos da pesquisa. Após o desenvolvimento desses aspectos teóricos e metodológicos analisados, tecemos nossas considerações finais e recomendações.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 O MARCO LEGAL – CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRESIDENTE FIGUEIREDO NO AMAZONAS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade do ensino público fundamental e médio, que garante o retorno daqueles jovens e adultos, à escola, que não tiveram oportunidade para estudar na idade adequada. Essas pessoas, em sua grande maioria, cuja situação econômica e social é de carência, comumente, são excluídas do sistema educacional.

No Brasil, a modalidade de EJA foi criada não apenas como mais uma modalidade de ensino, porém, surge como uma oportunidade de construção de uma perspectiva de mudança, das condições intelectuais e profissionais de milhares de jovens e adultos que almejam ingressar no mercado de trabalho, que já desempenham trabalhos, ou mesmo desejam prosseguir nos seus estudos.

No início, época da colonização do Brasil, as poucas escolas existentes eram privilégios das classes média e alta, nessas famílias os filhos possuíam acompanhamento escolar na infância com especialistas, professores particulares, os quais atendiam em suas próprias casas. Não existia uma educação escolar destinada à jovens e adultos pobres. Aquela classe pobre, trabalhadora, não tinha acesso se quer aos livros didáticos ou literários.

Este é um contexto de exclusão de milhões de pessoas do processo da educação escolar ao longo de mais de três séculos. O Brasil foi acumulando um grande número de pessoas analfabetas, que ficavam destinadas ao serviço semi-encravo nas lavouras de cana-de-açúcar e café, a mão-de-obra barata, esse é um panorama do Brasil de meados do século XVIII, XIX e início do século XX.

A maioria dessas pessoas habitava em áreas rurais, lugares distantes dos grandes centros. Esses sujeitos, mulheres e homens, somente vinham à cidade para votar, em época de eleição, acompanhados pelos, assim chamados, coronéis e patrões, na Amazônia eram conhecidos como coronéis de barrancos, grandes latifundiários e posseiros de terras, surgidos do período de exploração do látex, ainda no período da II Grande Guerra bélica mundial.

O Estado brasileiro viveu um instante de perseguição aos direitos sociais e da livre expressão, durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), nesse cenário foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O MOBRAL foi uma política do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, conforme

autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici.

O Movimento Brasileiro Pela Alfabetização (MOBRAL) foi um método avesso ao movimento de alfabetização de Paulo Regus Regis Freire, que desenvolveu um método de ensino com pessoas adultas analfabetas, no interior do Nordeste brasileiro. Essas eram populações carentes e desvalidas de uma vida mais digna, em seus direitos sociais e de aprendizagens escolares. O método do governo visava ensinar a pessoa a ler e escrever, era baseado na memorização e disciplina rígida.

Um ensino tradicional, uma educação bancária, a qual o professor era o detentor do saber e o aluno um mero recipiente para os conteúdos. Na realidade a educação bancária é algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. (Freire, 1987)

É uma educação em que, nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganharia significação. A palavra nestas dissertações se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Inexistia o diálogo entre educador e educando. (Freire, 1987).

Naquele mesmo período, o Educador Paulo Freire, observando o pouco êxito daquele programa, cria um método revolucionário de alfabetização de adultos. O método Paulo Freire procurava alfabetizar os jovens, mulheres e homens, levando em consideração as suas realidades vividas. As pessoas eram alfabetizadas ao tempo em que passavam a ter consciência de si e do mundo, uma visão crítica de mundo.

A diferença básica entre as duas maneiras de alfabetizar está justamente em que, uma se constitui numa proposta amarrada na concepção de estímulo e resposta, que não permite a construção do pensamento crítico, não possibilitando uma profunda análise da realidade, por quem se apropria dos conceitos apreendidos.

Embora a EJA tenha como missão contribuir para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história, ainda se configura, pelas suas especificidades, como espaço de tensão. De um lado, há que se ater às necessidades da população jovem e adulta excluída do sistema escolar regular; de outro, há que se priorizar tais necessidades dessa população nem sempre consciente de seus direitos, na elaboração de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a ela destinadas. (Ferreira, 2015, p. 47)

Num contraponto, a outra, pela ação da apreensão dos conceitos, levando em consideração seu mundo restrito, em que quem apreende o saber, constrói a sua visão de mundo e avança para a conscientização do mundo. É a definição freireana do sujeito, de estar no mundo com o mundo, por isso não só se apreende o mundo, mas se aprende com o mundo e pelo mundo, e o mundo é o lugar dos homens e das mulheres, é o instante da ação crítica pela liberdade do ser. (Freire, 1987)

O educador Paulo Freire, tendo em vista suas ideias sobre a educação, foi severamente punido por aquele regime ditatorial. No Brasil, atualmente a EJA é assegurada, gratuitamente, por força de lei. A Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 208, “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino Fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria . . .” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96, asseguram que essa modalidade de ensino seja oferecida por escolas públicas e projetos comunitários.

A educação de jovens e adultos vem conquistando reflexões e ações que levam a efetivação e discussões para um processo de desenvolvimento educacional, o objetivo é levar o ensino básico, as reflexões acerca das políticas públicas para os jovens tem como características um conjunto emergente, plural e social, essa tem a função de dar suportes a EJA. A EJA tem como função a educação básica, está relativamente ligada a jovens e adultos que não tiveram o ingresso inicial a escola ou encontram-se com a escolarização inconclusa, as políticas públicas têm o dever de equacionar uma vida digna para a sociedade visando o bem comum, e por meio de projetos educacionais a EJA pode-se ver um grande avanço social.

A educação é a base da vida do ser humano, um dos pilares mais importantes, as gerações atuais recebem a educação de gerações mais experientes. Essas, porém, devem estar sempre atualizadas em função de uma educação de qualidade, para assim existir um grande avanço educacional no mundo, e por consequência evoluir no âmbito daquilo que a cultura humana precisa para se desenvolver satisfatoriamente, pois a educação muda a vida das pessoas, por motivos múltiplos, econômicos e sociais.

Diversos jovens e adultos findam seguindo caminhos desviados da escola, antes mesmo de findarem os estudos, são limites de um Brasil excludente e desigual, com baixas oportunidades aos que não conseguem entrar nas Universidades, essa é uma população enredada nos índices de violência e desemprego.

O currículo da EJA, portanto, não pode ficar aquém do ensino regular, embora isso não signifique uma igualdade absoluta. É nesse momento que o docente deveria levar em consideração a faixa etária dos alunos, as suas origens sociais e experiências

familiares, para que as diretrizes comuns assinaladas sejam repensadas à luz da dinâmica sociocultural dos mesmos. Ao identificar, conhecer, distinguir e valorizar a realidade dos alunos, a atuação pedagógica terá mais elementos e condições de produzir propostas justas, equânimes e eficazes para o processo de ensino e aprendizagem específico para os sujeitos que frequentam a EJA. Portanto, de acordo com a legislação atual, independentemente da modalidade, a escola é responsável pela educação formal do cidadão. É responsabilidade do Estado, garantir não só o acesso, mas também a formação geral, com ênfase nas letras, na matemática, nas ciências, nas artes e ainda na formação cultural, política e profissional do educando. (Ferreira, 2015, p. 49)

Para tratar dos direitos básicos do cidadão é necessário que as políticas públicas pensem em planejamentos de longo prazo, junto com as políticas de educação, sociais e de saúde; falar de apoio aos jovens e adultos no Brasil, é falar de um tema em que estão presentes as desigualdades de acesso a vida, ao oferecimento de oportunidades e ao exercício da existência da juventude ávida por um lugar justo no mundo. O que podemos salientar é a importância da educação de jovens e adultos pode oferecer espaços na cidadania, para que possam se agrupar e redefinir seus conhecimentos e em decorrência de sua formação ter um meio de vida melhor, com oportunidades mais lucrativas no meio social e de vida. Então por meio deste cenário ao longo dos anos é que a EJA vem sendo construída até os dias atuais, auxiliando nas compreensões sociais e representações que foram construídas por diversos grupos ao redor da modalidade.

Um bom docente faz toda a diferença na vida de um discente, o cenário da EJA no Brasil é muito diverso. No geral as pessoas que frequentam essa modalidade de ensino foram as que viveram em que o acesso à educação se faz difícil, principalmente as que moram nas zonas rurais, existe também os públicos que abandonaram os estudos por fatores extraescolares com a pobreza a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, como também pelo fracasso escolar outro sentido uma trajetória escolar interrompida ou malsucedida.

Por um lado, muitos jovens de classes populares gozam de abundante tempo livre, embora se trate de um tempo de espera, vazio, em virtude da falta de trabalho, de estudo e de alternativas de um ócio criativo e vitalmente enriquecedor. [...] o tempo da angústia e da impotência, o tempo da estigmatização social, um tempo que empurra na direção da marginalidade e da exclusão, o tempo do ficar ‘marcando bobeira’ numa esquina, exposto aos agentes de limpeza social. [...] por outro lado, nos jovens de

classes sociais com possibilidade de uma postergação legitimada das responsabilidades adultas, o período de formação tende cada vez mais a alongar-se, seja pela complexidade dos conhecimentos exigidos para uma inserção profissional de acordo com as expectativas da classe, seja pela falta de um destino econômico assegurado pela educação (Abad, 2003, p. 26).

Outro fator é que a educação para todos é um direito tardiamente conquistado pela sociedade brasileira, pois somente na constituição de 1988 ficou devidamente expressa sendo obrigação do estado oferecer uma educação que contemple todos os segmentos da sociedade com qualidade, se tratando da educação de jovens e adultos é necessário observar as especificidades de cada um desses públicos entendendo que esses sujeitos não são crianças cujo tempo de infância bastante apropriada pela escola, muitas vezes tem a missão muito mais prioritária na vida que é de produzir a existência sua própria existência e da família.

A Educação de Adultos, virando Educação Popular, tornou-se mais abrangente, certos programas como alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular. Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (Freire, 2003, p.16)

Essa produção e existência se faz por qualquer trabalho no mundo a intervenção que ele tenha no mundo, então é preciso pensar em como organizar os tempos de estudo e os tempos de escola de um trabalhador que não é um estudante, pois é um trabalhador que estuda e não estudante que trabalha é diferente. Nessa concepção, desse modo, é preciso de propostas que devem ser adequadas à essa condição o que nem sempre acontece, pois mesmo quando a formulação a respeito dessa condição desse público e dessas pessoas quando chega no sistema de ensino tem pouca prática em lidar com a diversidade de modelos de oferta.

Não se pode confundir a formulação correta da prática, uma coisa é o que está formulado outra coisa é o que se pratica efetivamente, a tradição do sistema de ensino é de homogeneidade de ofertas únicas, sendo a forma que um sistema encontra de controlar as escolas a educação de jovens e adultos vai muito além da ideia da escola, na ideia de que o ser humano é um sujeito que aprende durante toda a vida tendo uma necessariamente de ensino/aprendizagem, não aprende somente nos espaços escolares.

Em muitos espaços da vida se aprende, em todos os espaços de luta política e em todos os espaços sociais, portanto é preciso pensar em um ensino que valorize os saberes que essas pessoas acumularam durante a vida que podem ser compartilhadas com as gerações. Em uma

sala da educação de jovens nem todos os alunos da EJA possuem somente uma faixa etária, ela é muito diversa, existem várias gerações convivendo em um mesmo espaço, desse modo a educação para todos deve ser entendida como algo mais amplo que somente o ensino tem capacidade de levar a esses, uma responsabilidade de sobrevivência e uma vida digna.

As políticas públicas tendem a operar de forma repressiva e com foco na educação de jovens e adultos. Dessa maneira, as políticas públicas devem tratar dos direitos básicos do cidadão, junto com as políticas sociais e de saúde. Sendo então, responsabilidade dos governos atuais, cabendo a eles pensar em políticas de educacionais que favoreçam mais a motivação a educação, com programas mais participativos de educação integrada, que garantam a ordem pública do seu território e consigam combater até mesmo os indicies de violência em longo prazo.

A partir da análise de dados os governos podem entender, quais são os principais desafios dos indicadores sociais, de segurança pública, de saúde e de educação em seu estado e criar ações de como desenvolver políticas para deliberar esses problemas em exato.

Alguns estudos, como de Lopes (2008), proporcionam como método de enfrentamento a situação de fragilidade e violência, buscam caminhos na educação e defesa dos direitos que percorrem a cidadania, por meio de oficinas de atividades no qual os jovens se expressem, reelaborando assim, conceitos que conduzem a atuar como agentes que promovem a vida em sua própria coletividade. Além disso, deve-se ater às políticas públicas previstas pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) como parâmetros legais como afirmam Melo & Garcia (2017).

A despeito das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos pelos governos estaduais e federal, em recursos materiais e humanos e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública, os resultados ainda parecem tímidos e pouco visíveis (Adorno, 2002, p. 8). A questão da segurança precisa ser mais explorada, na luta por igualdade, justiça social, por uma sociedade mais igualitária.

Assim vemos que a educação gera uma sociedade mais saudável, buscando méritos sociais, profissionais e de inspiração educacional, a educação de jovens e adultos é de grande importância para a nossa sociedade, pois a educação é a base para o crescimento de uma sociedade justa e mais humana, ela é responsável pelo crescimento da sociedade atual, e para termos uma sociedade digna e não corrupta, dependemos dos estudos de ética, moral e cidadania, são esse que o mundo devem pôr em prática.

2.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A formação dos professores atualmente vem sendo alvo de muitos questionamentos. A preparação dos docentes atuantes na educação de jovens e adultos, tem como ponto principal a avaliação de espaços e momentos no qual esta formação vem sendo concretizada, bem como as expectativas, interesses e exigências, assim também são as instituições que constantemente vem atribuindo funções de formação de educadores.

Segundo Toledo (1998) para que se tenha uma Educação de Jovens e Adultos de excelência é primordial ter profissionalismo dos educadores de EJA, pois os professores têm a capacidade diante de seus métodos de ensino/aprendizagem contemplar práticas de EJA mais criativas, com a finalidade de assegurar a permanência na escola e o aprendizado dos estudantes. Enquanto a formação destes educadores é melhor, mais possibilidades de formar indivíduos críticos a ter uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade, extrapassando as ideais de educação compensatória e de suprimento.

A Educação escolar de Jovens e Adultos é o processo mais geral mediado pelo Estado, seja na forma da lei, seja na forma de práticas efetivas realizadas pelas escolas públicas ou privadas regidas pelo ordenamento legal em vigor. A Educação de Jovens e Adultos, portanto, representa uma singularização daquele processo mais amplo de formação humana, sendo uma das formas pela qual o Estado se envolve na rede de atendimento à educação de pessoas adultas, concernente, de modo específico, à Educação Básica. (Lima, 2015, p. 22-23)

Souza (2007) disserta que a educação de jovens e adultos exige que o docente de qualidade se qualifique de maneira contínua buscando sempre conhecimentos que o ajude a contribuir para a formação dos seus alunos jovens e adultos. É primordial a educação continuada de professores que atuam na educação de jovens e adultos, para a execução de novas estratégias de ensino.

Sabemos que o professor é fundamental para educação em todos os âmbitos, nos anos iniciais da educação básica principalmente, que é onde o aluno inicia sua vida acadêmica e conhece a partir de então o espaço onde está inserido. Portanto, a educação de jovens e adultos se torna mais desafiadora, pois essas crianças já estão adultas, o caráter já está formado e todas as sua vivencias culturais, por essas e outras questões que é tão importante que o professor dessa modalidade esteja pronto para lidar com esses alunos, colocando neles uma nova forma de pensar e ver o mundo através da educação.

Sendo assim, o professor da modalidade EJA deve estar em processo constante de aprendizagem, neste contexto observa-se que essas escolas necessitam de novas abordagens pedagógicas, formação de professores e de instrumentos tecnológicos para desempenharem seu papel, é evidente que as políticas públicas devem ter um olhar além, diante das escolas para assim a educação avançar, ainda mais quando se trata de escolas do campo localizadas nos interiores do estado.

É de grande relevância objetivar uma formação não apenas que valorize as dimensões técnicas que o mercado de trabalho exige, mas, sobretudo, a formação humana desses professores. (Arroyo, 2006) Se andarmos no sentido para que se reconheçam as especificidades da educação de jovens e adultos será nítido ver o perfil de um educador especialista na modalidade da EJA, e conseqüentemente, poderá ver uma política específica para a formação desses professores.

Enquanto problema da ordem das relações de poder, a escolarização de adultos no Brasil atravessa um diagrama difícil e complexo que articula diferentes questões. As relações que envolvem o sujeito não escolarizado e o projeto de escolarização da modernidade, em sua versão brasileira, estão marcadas pelo estabelecimento de uma modernização tardia, configurada pela situação colonial que rege o conjunto das relações sociais e é demarcada pela inserção subordinada do País nas relações econômicas mundiais. (Lima, 2015, p. 23)

A falta de especialistas acontece devido a uma não formação continuada, bem como relata Haddad (1998), existe uma carência de ambientes para a reflexão sobre a EJA, tanto nas faculdades de educação, quanto nos cursos de magistério e pós-graduação. Mesmo que já exista certos movimentos dentro de alguns programas, uma grande parte das faculdades de licenciatura não tem a percepção da EJA dentro do seu próprio currículo.

O estado tem o dever de garantir a permanência dessa formação continuada e específica para os docentes da EJA, já que o Estado tem o encargo de assegurar uma educação de qualidade e, para que isso seja real é fundamental que ocorra uma capacitação dos professores.

No Brasil essa realidade é muito presente, segundo Beislegel (1984) desde a década de 1940 já era existente uma política de educação de jovens e adultos. Essa política dá uma movimentação diante de ações que estão relacionadas a esta modalidade, porém, as condições de formação dos docentes da EJA nos Estados do Brasil a realidade de um para o outro não é diferente.

É de grande importância que todos os estados criem ações e políticas de valorizações e formações específicas para a educação de jovens e adultos, pois isso garante o dever do asseguramento de uma educação de qualidade, no qual capacite indivíduos qualificados e profissionais, para que possam viver uma vida digna na sociedade, pois não são apenas os docentes que fazem parte desse processo de formação continuada, como também todos os indivíduos.

2.3 A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Atualmente são vivenciadas circunstâncias que impedem os alunos de concluir o ciclo da escolaridade mesmo com leis de garantia para educação de jovens e adultos e com a concepção da mudança social. É uma realidade que tem muitos obstáculos, mas a questão a ser discutida antes de falarmos da evasão escolar é conhecer o perfil dos alunos da educação de jovens e adultos, ou seja, quem são esses alunos e por que estão deixando a escola. Dentro dessa modalidade existem grandes diferenças relacionadas aos alunos da classe comum, começando pelos interesses na educação formal, pela idade, mercado de trabalho e relações públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), garante o direito ao indivíduo de frequentar a escola aos seis anos de idade, sendo determinado a duração de 9 anos o ensino fundamental, existe políticas públicas para garantir não só o acesso, como também a permanência desses discentes nas escolas até a conclusão.

O Art. 32 da Lei 9.394/96 especifica em suas premissas que, o desenvolvimento da competência de aprender por intermédio da leitura é o básico para o domínio da escrita e do cálculo; 2 compreender o ambiente social e natural, da tecnologia, das artes, dos valores e do sistema político, em a sociedade está fundamentada; 3 o progresso da capacidade de aprender, tencionando a aquisição de habilidades, conhecimentos e a formação de valores e atitudes; revigoramento dos vínculos familiares, dos laços de apoio humano e de paciência recíproca em que se adéqua a vida social. (Brasil, 1996).

A legislação brasileira dispõe que, os alunos a partir dos 6 anos de idade que tem o início da vida escolar, terão o desenvolvimento consciente de suas capacidades, como noções da leitura, escrita e do cálculo, é a partir dessa idade que eles terão conhecimento do ambiente social e natural, político, tecnológico e artístico, é por esses caminhos que se trabalha todas as áreas do conhecimento e assim esses alunos compreendem toda a noção de mundo. (Brasil, 1996)

Essa forma de estudo é diferenciada da educação de jovens e adultos. Pois a reconfiguração da EJA não pode ter o início através de perguntas pelo seu lugar no sistema de educação e tão pouco pelo seu lugar nas modalidades de ensino o ponto inicial deve ser perguntar quem são esses jovens e adultos, “cada aluno tem uma perspectiva diante da educação formal que estão relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem, configurando obstáculos a serem ultrapassado no decorrer do ano letivo”. (Arroyo, 2006, p. 22)

Os meios sociais e culturais dos estudantes da EJA tem uma grande interferência direta com a necessidade instrucional, ou seja, cada aluno tem interesse pela educação formal em detrimento de uma carência. Dentre esses estão os que necessitam da escola devido à precisão de um trabalho e crescimento na empresa, portanto, a escola torna-se o caminho fundamental para contribuir na melhoria das condições de aceitação na sociedade e de manipular o que necessita: fazer cálculos, ler a bula de um remédio e dentre outras necessidades.

Até mesmo para declarar sua identidade de estudante, esses indivíduos, tem que conciliar a família, o trabalho e o que está centrado a sua vida, ou seja, responsabilidades distintas, que acabam por muitas vezes tornando-se uma grande barreira para esses permanecerem nos estudos.

Segundo Arroyo (2005) a Educação de Jovens e Adultos, aparece vinculada a outro projeto de sociedade, projetos inclusivos do povo como indivíduo de direitos. Essa modalidade sempre foi um dos Campos da educação mais politizado, sendo um campo aberto, não burocrático e nem fechado, pois é um campo com possibilidades de intervenções de diversos agentes da sociedade, com propostas diversificadas de coletividade e da função do povo (Arroyo, 2005, p. 31).

Logo, a prática metodológica ordenada para o ensino da educação de jovens e adultos é especulativa, surge da dinâmica da pedagogia e não dá andragogia. É a ciência que está voltada a orientar adultos, onde a flexibilidade dos conteúdos está voltada no conhecimento antecipado, com o foco no contexto do saber de suas vivências, contrapondo o ensino voltado para crianças.

Portanto, as metodologias de ensino e as estratégias utilizadas para atingir os objetivos que instrui esse público, são muitas vezes desatualizadas e desconexas da realidade para aqueles que têm a necessidade da educação e a institucionalidade que vai além da pedagogia voltada para a criança ler e escrever.

O modelo andragógico é um modelo de processo em oposição aos modelos que estão baseados nos conteúdos, o professor andragógico antecipa procedimentos que envolvem os elementos da preparação do aprendiz, para estabelecer um clima que ainda irá levar a aprendizagem, esse professor cria um mecanismo de planejamento mútuo, diagnosticando as necessidades para a aprendizagem.

Este formula os objetivos do conteúdo para atender as necessidades de ensino/aprendizagem, desenha um padrão para experiências de aprendizagem, conduzindo essas experiências com materiais e técnicas adequadas, avaliando os efeitos do processo de aprendizagem fazendo que um novo diagnóstico das necessidades do aprendiz seja esclarecida (Knowles, 2009, p. 121-122).

Conforme o que diz o autor, a andragogia é um ensino que está voltado para os adultos, esses estudos estão baseados na realidade das experiências desses discentes, já na pedagogia o educador amplia trabalhos diferenciados passando seus conhecimentos para as crianças que não tem nenhuma experiência, no que se refere a conteúdos a serem absorvidos no processo de ensino e aprendizagem.

A evasão escolar na educação de jovens e adultos pode ser marcada como um abandono por tempo determinado ou não. Muitos motivos relacionados a economia e a sociedade ocorrem para a evasão escolar dentro da EJA, chegando a ultrapassar a sala de aula e indo além dos muros da escola (Cruz & Gonçalves, 2015)

Com isso, a evasão escolar na EJA ocorre por diversas razões sociais e econômicas, existindo a necessidade de fazer um diagnóstico dos fatos, para que possa ter uma utilização metodológica que atenda as especificidades dos educandos ao invés de adotar métodos voltados a um currículo rígido. Contrapor a redução de favores e direitos, à assistência, às ações emergenciais ou suplência, é ignorar o progresso na construção social dos direitos, desses jovens e adultos para uma educação de qualidade (Arroyo, 2005).

Segundo Arroyo (2005), desconceituar a experiência de mundo do educando, com execução de conhecimentos não condizentes com sua realidade é ignorar os avanços da construção social do direito destes indivíduos. A educação de jovens e adultos não surgiu apenas para a recuperação do tempo ou para suprir as necessidades e carências desses educandos pois, ela é um direito que se conquista, trazendo diversas trajetórias de vidas.

Os motivos que levam esses indivíduos a abandonarem as escolas, podem ser explanados quando o jovem ou adulto deixa a escola para trabalhar devido as condições de acessibilidade e segurança se mostrarem precárias, quando os horários não são compatíveis com suas responsabilidades e acabam virando obrigatoriedade para esse indivíduo assumir,

existe também os motivos por evasão de vaga, falta de professor e material didático. Por muitas vezes, abandonam os estudos por considerarem que a escola e a formação que eles recebem não estão se dando de maneira significativa (Campos, 2003, p. 5).

Campos (2003) disserta que os motivos que levam a evasão escolar de jovens e adultos se dão por motivos de trabalho no turno da noite, falta de professores nas escolas, por motivos de segurança, falta de vagas, cansaço, por motivo de trabalho excessivo e materiais didáticos. Um dos motivos fundamentais é devido a formação que recebem, para muitos essa formação não é significativa diante do contexto que exigido em suas especificidades.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica que finda a ter as prioridades das prioridades, pois garante o ensino fundamental a todos os indivíduos que não tiveram acesso conforme a idade exigida ou que não o concluíram (Brasil, 2010); conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 37 disserta que: “A Educação de Jovens e Adultos é destinada para aqueles que não tiveram continuidade ou acesso nos estudos do ensino fundamental e médio na idade própria”.

As questões que os jovens e adultos procuram as escolas para dar sucessão ou iniciar os estudos demonstra grandes mudanças de ideias relacionadas a posições na sociedade ou abarca na educação oportunidades de grandes mudanças no quadro social e financeiro.

Conforme Freire (1992), “a busca dos jovens e adultos à escola deve ao fato do querer aprender a ler e escrever, mas é pontuado que este acontecimento finda ocasionando, consequentemente, o pensamento crítico”. Dentro dessa realidade a escola deve estar ordenada a buscar planejamentos para que sejam desenvolvidos ao aluno aprender todas as áreas do conhecimento, orientadas através de aulas que atraiam as diversidades.

Diante desse contexto, Gadotti (2009, p. 17) em suas argumentações disserta que, a educação é necessária para a sobrevivência do ser humano. Para que ele não precise inventar tudo de novo, necessita apropriar-se da cultura, do que a humanidade já produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo, numa sociedade baseada no conhecimento.

Nesse ínterim, conhecer o mundo para o aluno da EJA vai além, se comparado com os alunos de ensino regular, esse indivíduo busca na escola interagir com os professores para que o conhecimento seja aprimorado através da educação, os docentes aproveitam o conhecimento de cada aluno pois eles trazem de casa suas vivencias de mundo, a partir daí é desenvolvido as aulas a partir do cotidiano deles.

Dessa maneira, os discentes se sentem parte do seguimento de ensino/aprendizagem, pois é através desses conhecimentos adquiridos na escola que se constrói uma vida mais digna. Sobre isso, Freire (1967, p. 43) argumenta que, através do relacionamento do homem

com a realidade, resulta em estar com ela e de estar nela, através das atitudes da recriação, criação e decisão, é então que se dinamiza o seu mundo.

Dessa maneira, esse indivíduo inicia seu processo de dominar a realidade. Vai humanizando-a, acrescentando a ela algum tanto de que ele mesmo é o realizador. Vai tornando transitório o espaço geográfico, fazendo cultura. E é através dos jogos destas junções do indivíduo com o mundo e do indivíduo com outros, esses têm a capacidade de estimular e responder aos estímulos, com alterações, criações, que não outorga a imobilidade, a não ser em questões relativas de predominância da sociedade e cultura.

É por meio dessas medidas que são criadas e recriadas as decisões, essas que vão se alinhando as épocas históricas, a partir da criação e recriação que surge a decisão do homem de participar destas épocas. A EJA tem a capacidade de construir por meio de suas especificidades, públicos diversificados, que são ricos de conhecimentos, camadas sociais e das diferenças culturais, tais como: negros, indígenas, brancos, católicos, evangélicos, entre outros.

Todos com um só propósito, que estão em uma constante de se identificar e permanecer no espaço que para alguns deles não estavam dentro de suas respectivas rotinas, isto é, a sala de aula. A EJA tem um grande papel ao se falar de construção histórico-social na vida de seus discentes.

Essa modalidade de ensino leva em consideração um cenário transformador da educação, pois, quanto mais tempo o aluno tiver com o letramento, mais ele se tornará crítico e independente, portanto, é concernido ao docente a organizar e selecionar aulas com total estímulo para uma prática de pensamentos críticos, para que os alunos tenham distintas percepções das circunstâncias sociais.

Amplificar a maneira crítica do aluno da EJA é efetivar o sentido dos direitos como cidadão. Este é um papel primordial da escola e principalmente do docente, pois tal prática crítico-reflexiva modifica esse aluno a tornar-se um ser político, no real sentido da palavra, libertando-o dos vínculos que o prendem a uma construção advinda da história, a de excluído e oprimido por classes dominantes.

Este aspecto é um “procedimento de educação que a burguesia e seu Estado enfrentam, tentando tal sujeito, desarticulando-o e confundindo-o”. (Arroyo, 2002, p. 79) Nesse contexto, os docentes devem elaborar estratégias de formação para esses discentes, por vivências concretas, apropriadas pela educação, que poderá ser formada a permanência no ambiente escolar, o sujeito se entende como alguém no mundo e com o mundo.

Nos últimos anos a EJA vem ganhando um grande destaque no ambiente nacional e internacional, pois atualmente a educação é ainda mais importante na vida do ser humano, as taxas de analfabetismo devem ter um olhar a mais quanto a essa modalidade, com esse pensamento a Declaração de Hamburgo (UNESCO, 1999, p. 20) disserta que, a perspectiva de aprendizagem no decorrer da vida do ser humano tem uma grande exigência quanto à continuidade e à complementaridade.

É de relevância a importância da educação continuada, pois é com a educação que se cria uma sociedade instruída e tolerante, para o crescimento socioeconômico, para o restringimento do analfabetismo, para redução da pobreza e para a preservação do meio ambiente.

2.3.1 A Evasão na EJA e o processo de conscientização cultural amazônico

A escola é um espaço primordial para o desenvolvimento do ser humano na sociedade. Ela oportuniza diversas situações da vida, necessária para o indivíduo viver nos espaços formais, aquilo que é necessário pelas experiências que são construídas por interações e mediações no processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, a escola constrói o ser como sujeito de sua vida, partindo de sua sistematizada organização da realidade em que esse vive.

Na sala de aula ao desenvolvermos o conhecimento, este aparece como resultados que contribuem para um posicionamento dos alunos que se capacitam no decorrer de sua vida pessoal e profissional na sociedade. Se falarmos de Educação de Jovens e Adultos sem antes compreender sua culturalidade, não estaremos falando de educação. A Educação de Jovens e Adultos ainda mostra um grande desafio para profissionais distintos que atuam promovendo o crescimento desses alunos em sala de aula, os docentes buscam o desenvolvimento do discente diante de suas respectivas necessidades de aprendizagem.

A filosofia permitiu ao homem um “como aprender”, partindo das reflexões oriundas do potencial humano. Com essas reflexões, um novo horizonte, um universo extremamente novo surgiu, abrindo caminhos a novos conhecimentos significativos para história humana, marcando o devir da educação.

O ser humano, em sua evolução, continua buscando argumentos para tirar suas dúvidas e incertezas sobre os fenômenos surgidos de toda essa totalidade historicamente emergente e das reflexões filosóficas atreladas às ciências. Na existência do homem, este passou e vem passando por mudanças referentes aos aspectos sócio-culturais e econômicos. Paralelo a essas mudanças a cultura humana, por meio da educação, desenvolveu formas de

apropriação e transmissão dos conhecimentos apreendidos, e serem repassados para as gerações seguintes.

Nesse complexo sistema de reflexões atreladas às ciências, a cada momento da humanidade, teorias educacionais foram desenvolvidas para melhor transmitirem os conhecimentos alcançados pelo homem. É certo que muitas dessas teorias foram ideologicamente conduzidas a beneficiarem determinados objetivos hegemônicos, de elites sociais dominantes.

O contexto de hoje, é o de surgimento de novos paradigmas que estão permitindo o surgimento de outras possibilidades na educação, um paradigma que se evidencia é o do olhar para as diferenças e as diversidades dos povos, ela é única por sua particularidade humana, um olhar para as culturas e a sociedade dos indivíduos na escola.

O paradoxo da unidade múltipla está em que o que une separa, a começar pela linguagem; somos gêmeos pela linguagem e separados pelas línguas. Somos semelhantes pela cultura e diferentes pelas culturas. Aquilo que permitiria a compreensão provoca a incompreensão entre culturas, quando se vê apenas a diferença e não o fundo antropológico comum (Morin, 2002, p. 65).

Desse modo, Morin mostra que existem uma unidade humana e uma diversidade humana, havendo unidade na diversidade humana e diversidade na unidade humana. Então, a unidade não se encontra unicamente nas características biológicas de nossa espécie. A diversidade não está somente nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano.

Existe também, na unidade humana, uma diversidade particular biológica, uma unidade mental, psíquica e afetiva. E essa unidade ou diversidade parte da autonomia para o mito. A mais intensa diversidade não precisa mascarar a unidade, nem a própria unidade básica mascarar a diversidade. A unidade humana não pode reduzir-se a um termo, a um critério, a uma determinação (nem somente genética, cerebral, mental, cultural).

Devemos conceber uma unidade que garanta e favoreça a diversidade, uma diversidade inscrita na unidade. A unidade complexa: unidade na diversidade, diversidade na unidade, unidade produtora de diversidade, diversidade produtora de unidade; é a unidade de um complexo gerador, chamada pelo jovem Marx de homem genérico, que gera efetivamente diversidade ilimitada (Morin, 2002, p. 64).

Na EJA, os profissionais da educação estão intervindo nos históricos sociais associados às práticas pedagógicas, na BNCC – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se os conhecimentos e o uso da língua oral e a exploração da linguagem escrita, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta, em intercâmbios orais.

No eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos. No eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, conhecimento de todas as letras do alfabeto e saber ordená-las.

Partindo-se desses pressupostos, muitas crianças ao longo de sua caminhada passam por dificuldades de frequentar a sala de aula, frente às metodologias de ensino. Mesmo que continuem até o último ano do ensino fundamental, ainda são existentes alunos que desistem da escola antes de completarem a educação básica, isso surge muitas vezes nos primórdios de sua vida ou como mencionado, para nos anos iniciais da educação básica, talvez esse seja o lado pedagógico relacionado a tal fenômeno do abandono à escola; ainda sobre isso é preciso nos debruçar melhor para aprofundar essa discussão.

Talvez algo relacionado aos estudos das dificuldades de aprendizagens e das novas posturas pedagógicas da Educação Inclusiva, estes não são nossos focos de investigação nesse item. Propomos-nos ao estudo mais voltado aos aspectos da cultura e da sociedade, enquanto dimensões da evasão na EJA.

A educação de jovens e adultos se faz diferente da educação infantil, pois essa é uma prática na qual os adultos cercam-se de atividades sistêmicas para o autoconhecimento, sustentadas para a obtenção de novas perspectivas, atitudes, formas conhecimento e valores, podendo significar formas diferenciadas de aprendizagem em que os adultos se envolvam adiante da escolarização tradicional. Essa modalidade de ensino abrange a alfabetização básica como execução pessoal do aprendiz no decorrer da vida, e para a garantia da realização profissional.

A alfabetização não é apenas um procedimento que leva para a aprendizagem de capacitação da leitura entre outras, mas sim para uma contribuição libertina das expressões do indivíduo em seu desenvolvimento pleno. Alfabetizar é possibilitar condições aos jovens e adultos a terem acesso ao mundo de oportunidade que os tornam capazes não apenas de ler e

escrever como também de poder se expressar diante da sociedade. Nesse sentido, a respeito da alfabetização de adultos:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária centrada na compreensão mágica das palavras doadas pelo educador aos analfabetos, se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que revelavam a realidade, agora pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político e um espaço de leitura do mundo e da palavra. (Paulo Freire, 1989, p.30)

Diante de tantas problemáticas educacionais que mais persistem, estão aquelas que incidem do abandono escolar. É um contexto de grandes ramificações que estão em conjunto na trama da sociedade até hoje, uma sociedade mais antiga cuja suas estruturas familiares se diferem das décadas passadas. Elementos como a cultura, pobreza, padrões novos de imigração e outras mudanças sociais surgem diante das implementações de uma reforma educacional que trabalha de maneira constante para incluir reabordagens sistêmicas diante das problemáticas do abandono escolar.

Falamos de reabordagens, pois se faz necessário o uso de novas metodologias a serem utilizadas dentro das salas de aula, para que não ocorra a evasão escolar, pois esses alunos que estão em sala de aula no agora, podem ser os mesmo que em um futuro mais distante volte a sala de aula, não em uma faculdade, mas sim para a modalidade EJA, o que é frustrante.

Diante dessas perspectivas, vemos o quão importante é o papel do professor nas salas de aula da educação básica, também é primordial que as políticas públicas andem em uma constante com a educação, as considerações da política nacional para a Educação de Jovens e Adultos, permite uma abertura de espaços nas ações educacionais dos professores, possibilitando outras maneiras de ensinar: as que consideram a diferença cultural e individual.

A cultura, em seu processo de desenvolvimento, vem formando-se ao mesmo tempo em que o próprio sistema biológico humano. Ela é compreendida como uma das peculiaridades da espécie humana, as existências de manifestações psicoafetivas são reconhecidas por nós, porém essas manifestações só aparecem em pessoas que realmente mostram um potencial diferenciado de acordo com as culturas e os outros indivíduos.

O homem não herda a cultura só biologicamente, o que acontece é uma influência dos fatores culturais na conformação de estrutura biológica, cognitiva do organismo humano, certo determinismo de ordem ecossistêmica, que influencia na percepção e na criação do mundo.

O humano existe no conviver, na inter-relação do falar e do se emocionar que é o conversar. O humano vive em redes de conversações que constituem culturas, e também se vive nos modos de vida que as culturas constituem como dimensões relacionais, que descrevemos como dimensões psíquicas, espirituais ou mentais (Maturana, 2001, p. 121).

É então que falamos da existência de diferentes fatores culturais das pessoas, fatores esses que se dão através do multiculturalismo, onde trazem as organizações o entendimento social e moral de acordo com sua origem, o multiculturalismo retrata a luta de alguns grupos contra a discriminação, onde outros grupos se colocam como favorecidos.

É pelo multiculturalismo que conseguimos ter o entendimento das diversas formas culturais de expressões, é por essa questão que sempre temos que analisar a cultura do outro antes de formar uma ideia contra, saber da onde ele veio e como foi se estruturando na sociedade diante de sua cultura, muitas vezes não entendemos o lado do outro por ter uma cultura diferente da nossa, por essa questão temos que respeitar e se tivermos oportunidade de mostrar a nossa como uma forma de bem estar, é fundamental, mas sempre respeitando o espaço do outro, o multiculturalismo é uma forma de entendermos as diversas formas e meios culturais.

São existentes muitas contraposições entre a cultura e o que é biológico, o próprio conceito de Cultura também é cultural, falando então brevemente de ambos, a Cultura é tudo o que o homem produz e após é repassado por gerações, podendo ser a fala, a escrita, o modo de viver, de comer, suas crenças etc. Dizemos também que cultural é o que contrapõe as reações biológicas.

Andar, comer e chorar são necessidades biológicas e em qualquer parte do mundo elas estão presentes onde há a presença dos homens. Há classificação e a conceituação de palavras também é uma questão cultural, depende dos estudos realizados. As mudanças individuais que ocorrem na vida de pessoas que se submeteram a evasão escolar procedem de experiências bastante distintas, principalmente por questões advindas desde sua infância, uma falha na criação ou até mesmo por meios financeiros que não inexistentes como consequência acabam deixando os estudos para trabalhar desde criança.

No cenário amazônico, a pluralidade das populações caboclo-ribeirinhas e das populações dos interiores florestais, dos povos indígenas que fazem parte algumas das vezes praticamente de ambientes isolados, permitiu a formação de uma identidade regional intimamente que está relacionada ao ambiente natural.

Na formação dessa identidade, surge um universo relacionado ao espaço psíquico particular, próprio de cada pessoa, seu modo de perceber a realidade e uma consciência coletiva, caracterizada por uma diversidade cultural. Diferentes culturas, como diferentes redes de conversas, constituem diferentes modos de estar no viver como diferentes domínios psíquicos, mentais ou espirituais. (Maturana, 2001, p. 118).

Exemplos disso, os povos amazônidas que desenvolveram verdadeiros conhecimentos ligados ao manejo da floresta: ao uso do solo, das plantas, uso de venenos de pesca; as populações indígenas desenvolveram uma etnobotânica e uma etnofarmacologia importante para seu povo e que somente em nossa época estudiosos da medicina tradicional dos brancos estão se voltando para o aprendizado dos conhecimentos desses povos.

Diante do que expomos, podemos pensar como vem sendo tratada a educação na Região Amazônica, na importância não apenas de uma educação indígena voltada justamente para a realidade das necessidades dos povos da floresta, mas também de uma educação formal, multicultural, que contemple os aspectos dessa identidade construída no meio sócio-cultural amazônico, como é o caso dos caboclos amazônidas.

Para que essa educação multicultural seja desenvolvida, primeiramente, a educação necessita respeitar a cultura do aluno, em seu pluralismo; ainda ela deve ter como valor básico a democracia. Nesse sentido o valor da igualdade e do respeito mútuo torna-se mútuo torna-se fator principal, com a superação dos preconceitos de qualquer espécie, tanto regionais, no lar e no se expressar como de raça ou pobreza.

A educação multicultural pretende enfrentar o desafio de manter o equilíbrio entre a cultura local, regional, própria de um grupo social ou minoria étnica e uma cultura universal, patrimônio hoje da humanidade. A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista e interdependente (Gadotti, 1992, p. 21).

Uma educação multicultural se caracteriza, também, por um perfil internacionalista e comunitária, ao mesmo tempo, a qual procurando promover a paz entre os povos e as nações, promove, assim, a valorização das raízes locais da cultura, do dia-a-dia onde a vida de cada um, de cada aluno se passa. Essa concepção de educação multicultural não é muito difundida na realidade das escolas brasileiras.

Ela refere-se a uma pedagogia voltada para os direitos humanos e de respeito pelo ambiente natural, estando inserida num grande movimento cultural pela igualdade de oportunidades educativas e uma melhor qualidade de vida, em particular, e em relação à minorias e às camadas pobres da população.

Outra preocupação da educação multicultural, diz respeito a análise crítica dos componentes curriculares monoculturais vigentes nas escolas atuais, ou seja, conteúdos que contemplam apenas os aspectos da linguagem e do lógico-matemático (Gardner). Uma educação multicultural, procura formar, ainda, criticamente os professores com o intuito de mudarem suas atitudes frente aos alunos e a essa concepção de escola que prioriza somente os aspectos da razão humana.

Essa concepção deixa de lado os aspectos lúdicos de uma cultura fundamentada em outros princípios, tais como a alegria de compartilhar, de viver a vida, da festa, da música e do respeito pela diversidade, esta última como eixo natural de nossa nacionalidade, o entendimento dessa formação crítica, torna-se fator importante para compreender o aluno no contexto de sua cultura e de sua visão de mundo.

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada. Autonomia da escola não significa isolamento, fechamento numa cultura particular. (Gadotti, 1992, p. 23)

Essa autonomia escolar, quer dizer uma escola curiosa, ousada, que busque o diálogo com todas as culturas e concepções de mundo. Múltiplo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, acima de tudo, diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais.

Nesse contexto apresentado até aqui sobre os aspectos que caracterizam os povos amazônicos, em suas particularidades e em suas aproximações com a cultura geral humana, está a escola e em particular o que vimos aqui discutindo, a EJA. Torna-se necessário o desenvolvimento de políticas educacionais a serem desenvolvidas com compromisso e interesse à luz das legislações sobre essa área.

Para os jovens e adultos estabelecer o ensejo por uma educação profissionalizante, o Ministério de Educação deveria não apenas impor ensino, mas, desconstruir e reconstruir atos e condutas para incluir mais e mais esses indivíduos de volta às escolas. Pois lidar com pessoas inseridas nesse contexto é uma particularidade e deve ser visto como uma

oportunidade única para que as pessoas identifiquem o real sentido de aprender e de ter uma educação advinda dos livros.

O caminho para o sentido da vida, diante desse pressuposto, é a educação. Reeducação não tem a ver com educação, não se trata de desconstruir a “personalidade” remete-se na construção de um indivíduo que consiga se moldar a adaptação de novas aprendizagens para um bom convívio cultural, social, educacional e profissional.

Conforme a História da Educação no Brasil, a EJA possui sua parte, que estão inseridas aos movimentos relacionados a esta modalidade de ensino, são debatidos e defendidos aspectos distintos, como formas metodológicas de transmissão do conhecimento, estes movimentos tiveram como grupos as denominações intituladas como: otimistas, entusiastas, tecnocratas e realistas.

Atualmente, o processo de educação na EJA vem enfrentando desafios distintos, e alguns desses motivos findam causando a desistência do aluno. O aluno, ao ingressar na EJA, leva com ele muitas experiências, que podem ajudar na contribuição do processo de ensino e aprendizagem. Muitas vezes a metodologia utilizada pelo professor não valoriza o conhecimento prévio do aluno, pois acaba utilizando assuntos descontextualizados, ou seja, conteúdos que não concebe da realidade deste aluno. Por muitas vezes ainda é utilizado materiais infantilizados.

O docente insiste em utilizar livros infantis, cartilhas etc.; metodologia esta que geram a desistência do aluno por se sentir infantilizado, além de desistirem também, por não ter como conciliar a vida adulta com os estudos, pois muitos já têm filhos e trabalhos ou o horário das aulas não é compatível com sua disponibilidade, o que leva a desistência.

São existentes ao menos três movimentos que contribuíram para a construção da Educação de Jovens e Adultos, a parte dos estudos de Paulo Freire no Brasil. Destacam-se como: os otimistas, entusiastas, realistas e tecnocratas. Esses possuíam objetivos determinantes relacionados a esta modalidade de ensino, os entusiastas, considerados como “o entusiasmo pela educação”, possuíam como foco a educação mais popularizada, pois neste período era existente lacuna a meio do campo e o espaço industrializado.

No século XX, o analfabetismo causava vergonha no país, por esses motivos, a educação vinha sendo a chave mestra para solucionar os problemas da sociedade. No tentante de ver melhorias criou-se o Ministério da Educação (MEC). Além disso, foi criada a rádio-educação, com o objetivo de auxiliar na divulgação dos cursos através das lições que eram recebidas através dos correios.

Outro grupo formado por profissionais da educação foram os otimistas tendo uma elevada preocupação relacionada à qualidade do ensino. Estes grupos não eram a favor da alta expansão do ensino, causando a baixa qualidade. Suas preocupações em particular voltaram-se a parcialidade apenas do pedagógico, à formação dos professores, considerando pontos determinantes da educação, como os métodos e currículos. Os mesmos se desprenderam em segundo plano um conjunto histórico e social do momento.

Os tecnocratas tinham grandes preocupações quanto ao rendimento educacional relacionado ao avanço econômico do país. Sendo que esse movimento não recebeu influências dos movimentos anteriores. Os tecnocratas são aqueles intelectuais da educação que seguem a tendência liberalista, que visam os estudos como uma alternativa de lucro pela ascensão social na profissão, entendendo que ao se chegar no ápice da pirâmide educacional, receberá recompensa do lucro, "o paraíso da sociedade capitalista," ou seja se você estudar, você será bem na vida, se não estudar, você estará fadado ao fracasso.

Os realistas se preocupavam em possuir mais qualidades de ensino, em que os indivíduos poderiam estar aptos às tarefas envolvendo o meio social, as questões políticas e econômicas. Eram existentes dois movimentos: um que estava relacionado à esquerda marxista, e à esquerda não marxista.

Os realistas eram grupos formados por profissionais de educação liberais, as tendências liberalistas estão de acordo com o interesse do capital, esses grupos eram compostos por intelectuais que seguem a linha contrária as tendências liberais, se posicionam como progressistas e no Brasil como crítico sociais do conteúdo, eram influenciados pelos estudos marxistas e não marxistas, que traziam para si, a realidade concreta da sociedade.

As configurações das turmas da EJA têm se mostrado de um modo diferenciado nos últimos tempos. Diversos jovens, adultos e idosos estão sendo firmados nessa modalidade, diante dessas questões é necessária a mobilização para a construção efetiva do conhecimento, dispondo dos seus pares nas aulas, além de ter professores que possam acolher e tenham interesse em ensinar e aprender com eles, essas modalidades podem ser vistas dentro da sala de aula diante do respeito cultural e compreensão do todo.

Portanto, pensa-se na Pedagogia de Projetos, pois está pode ponderar que a aprendizagem se vincule a relevância e ao sentido do conhecimento no decorrer da vida desses alunos. Considerando que as atitudes enérgicas do sujeito são fundamentais no processo no qual ele está humanizado, em uma discussão relacionada a Pedagogia de Projetos pode-se supor que estes meios podem ajudar a recriar e repensar um espaço destinado aos

procedimentos do ensino e aprender de forma que cada adulto, jovem e idoso seja ativo no processo de buscas que apropriam a capacidade humanizadora.

A Pedagogia de Projetos na EJA é dada diante do respeito cultural, essa Pedagogia de Projetos pode ser definida como metodologias de classes que ocupam atividades benéficas e com decisões definidas. Em outras palavras, é o ensino pelo interior das experiências, que tem como visibilizar à ressignificação do espaço escolar, com o intuito de transformar em um espaço de interações vivas, abertas ao real e às suas dimensões múltiplas.

O trabalho com projetos traz perspectivas inovadoras para compreendermos o processo de ensino/ aprendizagem na EJA. Assim o aprender deixa de ser um simples feito de memorização e o ensino passa a ter um significado além de repassar conteúdos prontos. Portanto, todo conhecimento constrói-se de relações estreitas e contextualizadas, sendo impossível separar dos aspectos emocionais, cognitivos, sociais existentes nesse processo.

A pedagogia de projetos visa buscar uma nova ressignificação do ambiente escolar, abre as ideias para o real e suas múltiplas dimensões, buscando mais interações, visando mostrar uma nova perspectiva para a compreensão do processo de ensino. Ou seja, a pedagogia de projetos ajuda a romper com o modelo fragmentado de educação e recria a escola, transformando em um novo ambiente de ensino, quebrando paradigmas e transforma um novo ensino diante da realidade cultural de alunos e professores.

2.4 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO E BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EJA¹

O município de Presidente Figueiredo está localizado ao norte de Manaus, iniciando ao fim dos limites com Manaus, através do rio Apuaú. A partir daí, usa-se o igarapé Grande para dividir ambos, por uma linha mediana, até alcançar a confluência com o rio Pardo. Quando este alcança a confluência com o rio Curiaú, este último passa a ser o divisor dos territórios, até ao norte, quando alcança os rios Uatumã e Camanaú. Outros atrativos naturais usados para limitar os municípios são o igarapé Atroari e o rio Alalaú.

¹ Ver os dados coletados sobre a história do Município extraídos de Sítios: WEB4BUSINESS. Presidente Figueiredo. Disponível em: <<https://www.web4business.com.br/sites/desenvolvimento-de-site-sp-em-presidente-figueiredo>>.

Ache Tudo e Região. Geografia de Prsidente Figueiredo. Disponível em: <https://www.achetudoeregiao.com.br/am/presidente_figueiredo/geografia.htm>.

Portal Amazônia. (2019). Presidente Figueiredo. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/amazonia-az/presidente-figueiredo>>.

ALBUQUERQUE, R. (2016) Mina do Pitinga, 35 anos de controvérsias e nada a comemorar. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/mina-do-pitinga-35-anos-de-controversias-e-nada-a-comemorar/>>

Presidente Figueiredo é atravessado pela BR-174, rodovia federal que liga a capital do Amazonas, Manaus à capital do Estado de Roraima, Boa Vista; nas imediações da sede do município, no 100km da BR174, liga-se a estrada estadual AM 240, a estrada da Vila de Balbina com 82 Km, é onde fica a Hidrelétrica de Balbina no Rio Uatumã. Em divisão territorial datada de 1988, Presidente Figueiredo, é constituído de 2 distritos Balbina e Pitinga: criado pelas leis municipais acima citadas. Instalado em 01-02-1983: Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009. Presidente Figueiredo representa 1,58% do estado do Amazonas, possui uma área de 25.422,235 Km², uma população estimada pelo IBGE em 2016 de 33.193 pessoas.

É um dos maiores municípios do país e integra com as cidades de Urucará, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Rio Preto da Eva e Novo Airão a Região Metropolitana de Manaus, esta com uma população de 2.478.088, sendo a 11^a Região Metropolitana do país e a mais populosa da Região Norte, em 2014.

Em sua em sua territorialidade ao longo da Rodovia Federal BR 174 e da Rodovia Estadual AM 240 configura-se assim: Bairros urbanos: Bairro Aida Mendonça, Bairro Galo da Serra, Bairro Morada do Sol, Bairro Honório Roldão, Centro, Bairro Tancredo Neves, Bairro José Dutra (Mutirão), Bairro Sol Nascente, Bairro Orquídeas, Bairro Vale Das Nascentes, Bairros rurais.

Na BR-174: Comunidade Urubuí I, Comunidade Urubuí II, Comunidade Boa União, Comunidade Micad, Comunidade Jardim Floresta, Comunidade Rumo Certo, Comunidade Nova Jerusalém, Comunidade Boa Esperança, Comunidade Santo Antonio do Abonari,

Na AM-240: Comunidade Cristo Rei km 28, Comunidade São Jose do Uatumã, Comunidade São Miguel km 50, Comunidade São Francisco km 24, Comunidade Nova União km 18, Comunidade Marcos Freire km 13, Comunidade Maruaga km 7.

Distritos: Balbina e Pitinga; dentro da jurisdição do município está a Usina Hidrelétrica de Balbina, a hidrelétrica, única no Estado do Amazonas. Alí localiza-se uma vila denominada Vila de Balbina.

Essa Usina Hidrelétrica é considerada um dos maiores desastres ecológicos do mundo. Não somente pelo mal causado aos povos indígenas, mas também, a fauna e a flora nativas. Presidente Figueiredo apesar de ser um município jovem, 37 anos, tem tido um desenvolvimento e renda per capita diferenciados dos demais municípios da região. As pessoas que moram em Presidente Figueiredo têm sonhos e objetivos, bem claros, para melhoria da qualidade de vida delas e de seus familiares (Almeida, 2018).

As atividades na mina do Pitinga começaram em 1981, após dois anos da descoberta, pela própria empresa, dos primeiros indícios de existência de cassiterita em afluentes do Rio Pitinga, a norte do Amazonas. O empreendimento gerou descontentamento naturalmente por causa da exploração e pelos conflitos entre garimpeiros e índios.

O limite de Presidente Figueiredo com Uruará se inicia na confluência do igarapé São João com a margem esquerda do rio Alalaú, subindo por sua linha mediana até alcançar o rio Jatapú. A partir daí, a divisão entre os dois municípios passa a ser pela região sudeste do território, até o divisor dos rios Alalaú e Pitinga. O fim da divisão do município com Uruará se marca na nascente do rio Capucapu.

Com São Sebastião do Uatumã, o limite se inicia na nascente do rio Capucapu, no divisor dos rios Pitinga e Jatapu. Alcançando, ao sudeste, o rio Uatumã, que passa a ser usado como limite territorial entre os dois municípios. Ao fim deste, passa a ser usado o igarapé Taboca para dividir ambos, até alcançar a nascente do igarapé Guajará. Em linha mediana, alcança o rio Uatumã quando este desce até alcançar a confluência com o igarapé Tucumanduba, que marca o fim da divisão dos municípios.

Com o município de Itapiranga, Presidente Figueiredo inicia seu limite territorial com Itapiranga no igarapé Tucumanduba, na margem direita do rio Uatumã. Este igarapé, por sua linha mediana, alcança o divisor de águas dos rios Urubu e Uatumã, marcando assim o fim do limite territorial entre os dois municípios. Com o município de Rio Preto da Eva: Inicia-se no igarapé Tucumanduba. Ao noroeste, o que separa Presidente Figueiredo de Rio Preto da Eva é o igarapé Mirim, seguindo a partir daí por uma linha mediana, até alcançar a confluência com o rio Urubu. Este, por sua vez, segue em linha mediana, alcançando a rodovia BR-174.

Presidente Figueiredo limita-se ainda com o estado de Roraima, ao norte, especificamente com o município. O igarapé Atroari, o rio Alalaú e o igarapé São João delimitam a divisão dos territórios.

As origens desse município prendem-se principalmente à Novo Airão e Itapiranga, dos quais foi desmembrada a maior parte do território que hoje constitui Presidente Figueiredo, bem como a Manaus, cuja vizinhança foi influente no desenvolvimento da região. Levando-se em consideração os dias atuais, os primeiros assentamentos populacionais nesses polos datam de 1657, para o local, onde hoje é a cidade de Manaus, e de 1668, onde hoje é a sede de Novo Airão. Foi a partir desses núcleos que se deu a consolidação e ampliação do povoamento do Baixo Rio Negro.

O nome do município homenageia o primeiro presidente da província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Elevado à categoria de município e distrito com

a denominação de Presidente Figueiredo, pela Emenda Constitucional n.º 12, de 10-02-1981 (Art. 2º - Disposições Gerais Transitórias), delimitado pelo Decreto Estadual n.º 6.158, de 25-02-1982, desmembrado dos municípios de Itapiranga, Novo Airão, Silves e Urucará. Sede no atual distrito Presidente Figueiredo

O município é muito famoso por suas cachoeiras e reservas minerais, fontes de economia para a cidade com o turismo e a extração de minérios de ferro. Pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010), ele possui um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,647.

Outro aspecto importante a ser destacado é a vida na aldeia do povo indígena Waimiri-Atroari. Esse povo indígena possui uma história forjada pelos cruéis ataques dos brancos em busca de riquezas das suas terras, a posse das mesmas, o deslocamento para outro espaço territorial, tendo em vista a construção da barragem de Balbina que inundou grande área de suas terras; até hoje esse povo reivindica seu espaço territorial, incluindo todo município de Presidente Figueiredo, mas esse debate caiu no esquecimento, ficando somente na memória dos antigos desse povoado.

A construção da BR-174 tida como um projeto de desenvolvimento regional da Ditadura Militar motivou a invasão das terras indígenas e seguindo esses interesses a FUNAI não foi favorável à causa dos índios. Sobre isso, ressaltaram Schwade e Reis (2014, p. 73):

A estrada BR-174 motivou e efetivou uma invasão dirigida e espontânea do território Waimiri-Atroari. Foi pregada como fatalidade irreversível pela Ditadura Militar. A FUNAI, desde o início, estava em sintonia com essa fatalidade. A submissão aos projetos da Ditadura se repete com constante violação da legislação indigenista em vigor. (Comitê da Verdade, Memória e Justiça do Amazonas)

Os Waimiri-Atroaris viveram por muito tempo sob a ameaça de extermínio, tanto foi à barbárie sofrida por eles. Sobre isso, bem antes da construção da estrada, ainda ressaltou Carvalho (1982, p. 13-14):

Com o objetivo de pacificar esses índios, o Major Vasconcelos seguiu, no dia 29 de abril de 1856, levando consigo rumo ao rio Jauaperi 50 guardas bem armados, prontos para entrarem em ação contra os Waimiri Atroari. A pacificação, conforme entendida pelo Major Vasconcelos, consistia em forçar, à bala, a rendição dos índios, para que os comerciantes exploradores de castanha pudessem realizar suas coletas sem que fossem molestados.

[Nesse confronto], onde foi encontrada uma grande aldeia de índios Waimiri Atroari. Praças e índios travaram combate, e estes, apanhados de surpresa e tendo em vista a

desigualdade em termos de armas, fugiram apavorados, deixando nas proximidades da maloca um grande número de mortos.

. . . saquearam as casas dos índios e lançaram fogo em todas as malocas, dentro das quais vieram a morrer várias crianças e velhos que não haviam conseguido fugir. Sendo que, segundo relato da expedição, estima-se que mais de 300 índios tenham morrido, entre adultos, crianças e velhos.

Esse relato de Carvalho é apenas um dos inúmeros confrontos entre índios e não índios. Sempre aqueles pereceram nas mãos destes, foram décadas de um massacre desumano que ainda hoje permanecem os ranços entre os dois lados. São situações históricas como essas que contribuem ainda mais para um processo de exclusão e separação do convívio harmonioso entre essas populações.

Não é de se surpreender, nas cidades fronteiriças com as aldeias no Amazonas, índios serem tratados como seres invisíveis que caminham pelas cidades a seu modo, como vivem na aldeia. No mais positivo dos casos são vistos como mendigos, desprovidos da sorte. Sobre o massacre dos Waimiri Atroari, se pode encontrar, muito secretamente, ainda na cidade, alguém que se “orgulha” de ter matado índio, há pouco tempo de um período de barbárie e domínio.

O povo indígena Waimiri-Atroari² na década de oitenta do século passado, foram expulsos daquele território pelo Estado brasileiro para dar lugar à construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, eles possuem uma história forjada pelos cruéis ataques dos não indígenas, grileiros e exploradores locais, que buscavam riquezas em suas terras.

Esse é um conflito que culmina com a posse de seu território, tendo eles que serem deslocados para outro espaço territorial, pois a construção da barragem de Balbina inundou grande área de suas terras; essa é uma história esquecida pelas gerações daquela época e não mais contada para as atuais gerações desse município, e o assunto sobre tais conflitos caiu no esquecimento, ficando somente na memória dos antigos desse povoado e principalmente dessa população indígena.

Como nos ressaltou Almeida (2018, p. 175):

² Os índios que a área de influência do rio Camanau, Jauaperi, Santo Antônio do Abonari, quando se referem aos índios que habitam a área de influência dos rios Alalaú e Jauaperi, chamam a eles – *Atroari*. E aqueles, quando fazem referência aos índios dos rios Camanau e Jauaperi, Abonari, denominam-nos *Waimiri* (CARVALHO, J.P. F. **Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada, 1982**).; Ver também, Comitê da Verdade, Memória e Justiça do Amazonas. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: por que Kamña matou Kiña?** (SCHWADE, Egydio e REIS, Wilson C. B. 2014).

Não é de se surpreender, nas cidades fronteiriças com as aldeias no Amazonas, índios serem tratados como seres invisíveis que caminham pelas cidades a seu modo, como vivem na aldeia. No mais positivo dos casos são vistos como mendigos, desprovidos da sorte.

No âmbito global, a lógica liberal impõe as determinações ordenadas pelos seus grupos hegemônicos, nas figuras do Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e não menos a Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO). Estes organismos demandam o funcionamento das relações políticas, econômicas, sociais e educacionais que convergem, sem circunspeção nenhuma para uma concepção educacional segundo as conveniências globais, incluída nesta a própria Educação para Todos na comunhão com os interesses pragmáticos do lucro.

Para Nascimento (2013) a oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelada à perspectiva assistencialista e compensatória, em que os sujeitos excluídos do processo escolar na idade dita "regular" retornariam à escola para ser alfabetizados e incluídos no mercado de trabalho. A necessidade da mão de obra barata para a escravidão pelo mercado e do voto para eleição dos patrões detentores do capital; foi a perspectiva em relação a EJA, que permeou as políticas públicas da área até meados da década de 1980.

A partir da segunda metade de 1980, inicia-se no país um movimento de reivindicação da oferta pública, gratuita e de qualidade referente ao ensino do 1º grau para jovens e adultos, ressaltando a importância da construção de uma identidade própria e específica para atender a este público. Soares, Giovanetti e Gomes (2011), chamam a atenção para o fato de que a sociedade brasileira, se contrapondo ao Estado, dá sinais de preocupação com os milhões de jovens e adultos que têm direito à educação básica.

ONGs, igrejas e cultos afro-brasileiros, sindicatos e movimentos sociais, especificamente os movimentos sociais do campo como o MST, criaram e desenvolvem propostas voltadas à educação de jovens e adultos. Instituições como UNESCO, Abrinq e Natura, estes dois últimos grandes grupos empresariais, dão prioridade à EJA . . . O compromisso dessa diversidade de coletivos da sociedade não é mais de campanhas nem de ações assistencialistas.

O jovem e o adulto dito analfabeto, no Brasil, por longos anos foi tratado com discriminação. Como se o mesmo fosse possuidor de uma doença incurável. Atribuía-se a sua pouca escolaridade a seu desinteresse pela escola, a sua incapacidade mental para os estudos ou até mesmo ao destino. O próprio Estado por esse discurso, que se perpetuou, tirava de si a

responsabilidade da educação daqueles jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar na idade adequada.

O analfabetismo ou a pouca escolaridade do jovem e do adulto não é doença. É consequência de entraves anteriores marcados por falta de interesses dos grupos hegemônicos nacionais para com a grande parcela de excluídos socialmente e explorados em sua mão de obra pelo liberalismo ascendente no Brasil pós-colonização.

A relação entre analfabetismo e exclusão social está articulada a um contexto amplo da sociedade, onde a desigualdade influi de forma decisiva nas condições de vida dos sujeitos. Ninguém é analfabeto por escolha própria. As pessoas são analfabetas devido às condições objetivas. “Em certas circunstâncias o homem iletrado é aquele que não precisa ler . . . Em outras circunstâncias, o analfabeto é aquele a quem foi negado o direito de ler. Em nenhum dos dois casos há escolha” (Freire, 1985).

Para o educador Paulo Freire, que sempre esteve preocupado com as minorias, com os “esfarrapados do mundo”, a educação deveria corresponder à formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação à vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A cidade de Presidente Figueiredo, no Amazonas, é um município com grande potencial turístico natural. Presidente Figueiredo despontou para o turismo ecológico, ainda na sua fundação. Em razão da sua fartura de águas, selva, minérios, cavernas e cachoeiras; o Ministério do Turismo catalogou mais de cem cachoeiras, as quais são exploradas economicamente pelo ecoturismo regional.

O município é uma referência para o turismo ecológico regional, em razão de suas fontes de águas, selva, recursos naturais, cavernas e cachoeiras. O Ministério do Turismo brasileiro catalogou mais de cem quedas d'água no município, muitas delas exploradas economicamente através do ecoturismo, apesar da usina hidroelétrica instalada ali, e cujas obras e manutenção são responsáveis por uma das maiores catástrofes ambientais da história do Brasil.

A maioria das pessoas encontra oportunidade de trabalho no serviço público, na prefeitura municipal. Para ingressar no serviço público, é necessário se submeter a concurso público. A escolaridade mínima exigida é o curso fundamental. Por isso é importante que àquelas pessoas que não tiveram oportunidade de estudos na idade adequada, possam ter

oportunidade de dar prosseguimento aos seus estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outra fonte de trabalho é o Grupo empresarial Paranapanema, da mineradora Taboca, que na década de setenta do século passado invadiu parte do território indígena Waimiri-Atroari, para extração do estanho, liga metálica do ferro, nióbio e tântalo, atualmente, pertencente ao grupo peruano Minsur, também emprega pessoas do município de Presidente Figueiredo e outras localidades da região.

Ainda existe a empresa Jayro, que trabalha com projetos de cultivo da cana-de-açúcar e o guaraná, para a empresa *Coca-Cola*. Essas empresas privadas também são exigentes quanto ao grau de escolaridade para admissão de trabalhadores nos seus quadros. Portanto é necessário que a EJA, possa atender de maneira satisfatória o ensino e a aprendizagem dos jovens e adultos.

Essa modalidade de ensino precisa ser uma ação educativa, que permita responder as reais necessidades dos estudantes público-alvo da EJA. Esta precisa ser uma ação educativa que deve averiguar os motivos pelos quais, seus sujeitos, tornam-se impedidos de realizarem seus sonhos. Daí a responsabilidade dos governos nas esferas federais, estaduais e municipais brasileiras, o compromisso em executar as políticas educacionais que favoreçam mais a motivação a educação dos jovens e adultos.

É uma proposta de educação que precisa ser construída por programas mais participativos de educação integrada, que garantam a ordem pública do território em que é desenvolvida e consiga combater, até mesmo, os indices de violência a longo prazo, a partir da análise de dados os governos podem entender, quais são os principais desafios da segurança pública em seu estado e pensar em como criar políticas para deliberar esses problemas em exato.

Alguns estudos, como de Lopes (2008), proporcionam como método de enfrentamento a situação de fragilidade e violência, buscando caminhos na educação e defesa dos direitos que discorrem a cidadania. Nesses trabalhos são desenvolvidas oficinas de atividades no qual os jovens se expressam, reelaborando assim, conceitos que conduzem a atuação como agentes que promovem a vida em sua própria coletividade e comunidade.

Além disso, deve-se ater às políticas públicas previstas pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) como parâmetro legal, a despeito das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos por governo estadual e federal no Brasil, em recursos materiais e humanos, e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública.

Sobre isso Adorno discutiu os resultados e nos mostra que, ainda parecem tímidos e pouco visíveis (Adorno, 2002, p. 8). A questão da segurança precisa ser mais explorada, na luta por igualdade, justiça social e por uma sociedade mais equidistante. Nesse contexto vemos que a educação gera uma sociedade mais saudável, buscando méritos sociais, profissionais e de inspiração educacional. A Educação de Jovens e Adultos é de grande importância para a nossa sociedade, pois a educação é a base para o crescimento de uma sociedade justa e mais humana.

A educação é responsável pelo crescimento da sociedade e aperfeiçoamento da cultura humana. Para termos uma sociedade digna e não antiética e injusta dependemos dos estudos de ética, da moral e da cidadania, desenvolver políticas de sociedade que incluam todos e todas em uma educação inclusiva, nesse contexto de problemas educacionais.

Na base de uma efetivação concreta de tais políticas inclusivas estão presentes as mazelas sociais que em muitos casos resulta no analfabetismo. No Brasil a escola se vê enredada em muitas mazelas que falseiam o que precisa ser feito realmente pelo Estado quanto a criação e efetivação das políticas educacionais.

Como sinaliza Bittencourt (1959), o analfabetismo como fenômeno social, teria causas sociais e econômicas que deveriam ser conhecidas controladas e dominadas. Impunha-se ensaiar métodos e processos de elevação do nível cultural da população e, assim, também, de erradicação do analfabetismo, tendo em vista não simplesmente o ensino em si e desligado dos problemas sociais a que se relaciona, mas também e principalmente o trabalho e a melhoria do nível de vida, responsáveis que seriam pelo aumento de produtividade e de consumo, fatores primordiais do enriquecimento nacional.

Tendo em vista as oportunidades que existem de trabalho no município de Presidente Figueiredo, não é aceitável que boa parte da população de jovens e adultos, por falta da formação escolar básica, permaneça fora do mercado de trabalho. Em nosso território a oferta de trabalho formal à população produtiva da sociedade local, é menor que a demanda existente de jovens e adultos.

A EJA legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 e pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de julho de 2000. Garante aos jovens e adultos o direito a educação escolar ainda que estejam fora da idade adequada. Art. 37 da LDBEN “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos

fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

As atuais políticas públicas voltadas para o âmbito educacional de jovens e adultos, no Brasil, têm sofrido a influência cada vez mais perversa do modelo econômico vigente, o neoliberalismo. É neste cenário que vivenciamos uma perspectiva educacional que segrega o alunado, fragmenta o conhecimento, traduzido em um currículo engessado, e reduz a escola a um mero processo de formação baseado apenas na transmissão de conteúdos científicos onde poucas vezes estes são vistos como necessários aos estudantes para sua vida cotidiana.

A EJA, como uma modalidade educacional pública, ao longo da sua história, parece não se identificar com as reais necessidades populares. O jovem e o adulto tampouco têm tido a liberdade para ser ouvido, para falar dos seus anseios, das suas perspectivas em relação a esse estudo.

Atualmente a EJA é assegurada, gratuitamente, por força de lei. A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 208, “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino Fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96, asseguram que essa modalidade de ensino seja oferecida por escolas públicas e projetos comunitários.

Para Paulo Freire (1987) essa liberdade para “sermos” plenamente, deve ser uma conquista, e não uma doação, ela exige uma permanente busca do ser em se completar, essa busca permanente só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente por que não a tem, e não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam.

Não é ideia que se faça mito, é condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens e as mulheres como seres inconclusos, como seres que buscam sua humanização. Essa humanização, a qual se refere o educador Paulo Freire, é a conquista da liberdade do homem. Da consciência de si e do mundo.

Nessa busca e luta pela humanização, os homens e as mulheres aprendem a dizer as suas palavras. Paulo Freire (1999) ainda ressalta que, a partir das relações dos homens e das mulheres com a realidade, resultantes de estarem com ela e de estarem nela, pelos atos de criação, recriação de decisões, vão eles dinamizando o seu mundo. Vão dominando a realidade, vão humanizando-a e vão acrescentando a ela algo de que eles mesmos são os fazedores da temporalização dos espaços geográficos.

Fazer cultura está intimamente inserido no processo de humanização. E é ainda o jogo destas relações do homem e da mulher com o mundo e destes com os homens e as mulheres, desafiados e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas; é também criando, recriando e decidindo que o homem e a mulher devem participar destas épocas.

3. MARCO METODOLÓGICO

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA – LOCAL DE ESTUDO

O aporte metodológico da pesquisa em que estamos desenvolvendo, como caminho a ser percorrido na busca do conhecimento, se apresenta pelos procedimentos que nos conduzirão à compreensão, a contextualização, estudo e reflexão dos dados sobre a educação de jovens e adultos e seus contextos educacionais, na escola em Presidente Figueiredo no Amazonas.

Contudo, é inexistente a pesquisa sem suporte de instrumentos metodológicos e técnicas adequadas, que consistam na aproximação do objeto em estudo. Dessa maneira, a pesquisa não é uma ação isolada, descontínua, porém, um ato que está em constante processo de investigação diante do objeto de pesquisa desconhecido e dos obstáculos que a sociedade e a natureza impõem, concebe-se a um processo de informações, como um instrumento fundamental à autonomia. Nesse ínterim científico, os aspectos metodológicos, práticos e teóricos são possuídos pela pesquisa, em que esta amplia e desvela o reducionismo do empírico. (Demo, 1995, p. 16)

Nosso estudo convida os professores(as) a assumirem outra postura em relação às pessoas, jovens e adultos, inseridos de volta à escola. Ele pretende apontar uma possível formação profissional neste sentido. Este estudo parte da pesquisa bibliográfica, entrevistas, grupos focais e de observações do trabalho na escola de EJA à luz das teorias que tratam dos objetivos elencados para a investigação do fenômeno é o que foi feito na investigação.

Na delimitação do campo de pesquisa, fizemos o recorte, o qual representa uma realidade empírica a ser estudada, com abordagens nas concepções teóricas que fundamentam o sujeito da investigação, a hermenêutica crítica. Nesse sentido, será na inter-relação política de educação da EJA, escola em Presidente Figueiredo e estudantes da EJA que apresentaremos as argumentações sobre a realidade.

No contexto das realidades observadas é importante a superação da visão unidimensional da realidade, ela “caracteriza-se pelo fato de que aqueles que a utilizam partilham as mesmas pressuposições de base sobre o sujeito de que falam; o discurso científico entra nessa categoria”. (Fourez, 1995, p.19)

Em nossa pesquisa, cada livro lido realizamos os fichamentos e as reflexões sobre as argumentações para a construção do texto dissertativo, como atitude prática de juntar a teoria ao material empírico. Ainda nesta fase do estudo, iniciamos o levantamento documental tais como: relatórios, leis, ilustrações e vídeos que registram a história da Educação de Jovens e Adultos.

Esta pesquisa científica foi realizada com alunos das turmas da EJA no município de Presidente Figueiredo no Amazonas. Foi escolhida uma escola municipal como lócus para a investigação. Uma escola municipal na área urbana. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos da EJA, do turno noturno, com seus respectivos professores, pesquisamos três turmas de alunos.

Este estudo foi caracterizado pelo aprofundamento do diálogo sobre as questões que envolvem a evasão nas turmas da EJA. Realizamos um diálogo que envolvidos os educadores, educandos e documentos da Secretaria de Educação Municipal sobre a EJA, fomos construindo a narrativa da pesquisa.

Ao pensarmos uma segunda etapa dos estudos preliminares, previmos visitas às escolas escolhidas para este estudo, referente a isso, aconteceu a epidemia da Covid-19 e as escolas foram fechadas fisicamente em Presidente Figueiredo, ficando o ensino na maneira remota durante os anos de 2020, 2021 e 2022. Nas escolas, ocorreram as primeiras observações e estudos. Antes do *lockdown* ainda conseguimos alguns dados na escola, coletando dados na secretaria da escola e na Secretaria de Educação do Município.

Em outro momento da pesquisa, já em 2022 com os professores e alunos na escola retomamos as observações na escola. Realizamos o levantamento dos dados sobre a prática de ensino dos professores nas turmas da EJA, como foram planejadas as aulas, os métodos de ensino, as formas de avaliações e a escolha dos materiais didáticos utilizados.

Investigamos a realidade sócio-econômica em que vivem os alunos da EJA, procurando compreender o contexto social em que estão inseridos, assim como, os seus sonhos e perspectivas com o curso. Foi frente a esses aspectos que partimos para a reflexão sobre os projetos e programas municipais, estaduais e federais em que os alunos da EJA fazem parte no decorrer do ano letivo.

Foram realizadas entrevistas com professores e alunos para traçar o perfil dos sujeitos envolvidos com a EJA. A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprentensiva e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade de que está sendo focalizada. (Minayo, 2001)

Segundo Alves (2003), “a pesquisa é um exame cuidadoso, metódico, sistemático e em profundidade, visando descobrir dados, ampliar e verificar informações existentes com o objetivo de acrescentar algo novo a realidade investigada”. Conforme Demo (2001), as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado e a realidade dos indivíduos, analisar, discutir, e ainda, fazer expectativas sobre possível resposta ao problema científico em questão.

Através do conhecimento feito pela coleta de dados, apresentamos o que foi coletado e os resultados alcançados, norteados pelos objetivos e pela teoria presentes na pesquisa. A partir deste contexto poderemos obter informações reveladoras que contribuirão para a pesquisa realizada, com considerações e reflexões sobre os aspectos importantes quanto aos questionamentos e objetivos da pesquisa, com conhecimentos importantes sobre a realidade, atual, em que está inserida a EJA na cidade de Presidente Figueiredo no Amazonas.

As nossas experiências profissionais, nesse contexto escolar, já nos permitem empiricamente perceber que, os estudantes da EJA são pessoas que muitas vezes trabalham de oito a dez horas por dia, algumas mulheres já são mães e não têm quem cuide dos filhos pequenos, muitos alunos moram distante da escola, ou são afetados por outros problemas sociais; supõe-se, que por essas razões, boa parte desses alunos termina por evadir da escola. Neste estudo, procurar-se-á refletir sobre a questão principal que norteia o problema da pesquisa: “Quais os fatores que ocasionam a evasão escolar nas turmas da EJA nas escolas municipais de Presidente Figueiredo”?

Segundo Gil (2007), uma pesquisa científica pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa, portanto, desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão de resultados.

Com base em estudos de Minayo (2001), da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que

possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Esta pesquisa é do tipo qualitativa tendo em vista que aprofundará os estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos, levando-se em consideração o contexto social em que os sujeitos estão inseridos. Os estudos preliminares foram iniciados com um levantamento da produção bibliográfica sobre a Educação de Jovens e Adultos, EJA e seus contextos históricos-sociais no Brasil.

Com a revisão bibliográfica realizada sobre a temática desta pesquisa podemos perceber o quão importante é a pesquisa científica. Por ela o pesquisador tem como comprovar os resultados obtidos de sua pesquisa, por interposto de suas descobertas sistematizadas nos documentos investigados. A ciência tem o papel de investigar assuntos, quando se tem uma dúvida, usa-se a objetivação, o raciocínio, a criatividade e o bom senso, com a seleção de métodos fundamentais para chegar a uma conclusão evidente, essa podendo ser compartilhada no crescimento do intelecto da sociedade.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

No contexto de nosso procedimento metodológico mostramos o caminho que nos levou ao levantamento de dados, à investigação e à reflexão dos dados sobre o conhecimento em relação aos fatores que ocasionam a evasão escolar nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) numa escola municipal de Presidente Figueiredo no Amazonas Brasil.

Nesse contexto de inter-relações entre a realidade da prática e os conceitos teóricos, é que se estabelece a práxis educativa. Ela pode ser entendida como a indissociação entre o fazer prático e o dito teórico no exercício do trabalho pedagógico. Esse movimento é que nos colocou em tal caminho, no que se refere à evasão na EJA. Para assegurar a probidade desta pesquisa optamos por alguns parâmetros para a participação dos professores com a finalidade de selecionarmos três (03) professores/as (um professor e duas professoras) e seus respectivos estudantes de sala de aulas. Sendo assim, os professores aptos a participarem da pesquisa deveriam atuar em turmas da EJA.

Entendemos que a efetiva participação nos encontros, com a finalidade de coletar dados fornecem elementos de relevante consistência para analisarmos mais sistematicamente nosso objeto de estudo. Este diz respeito aos nossos objetivos enquanto aspecto de referência à compreensão do fenômeno a ser desvelado.

O **Professor 1** tem 46 anos se formou no magistério em 2009, o tempo de serviço de 12 anos na escola e 19 como docente, lecionou nas séries iniciais do Ensino Fundamental e hoje leciona na EJA, já participou de muitas formações continuadas ao longo de sua carreira.

A **Professora 2** tem 41 anos, concluiu o magistério desde 2005, está trabalhando há 12 anos na escola e 16 anos como docente, leciona na EJA, participou de cursos sobre Processo Inclusivo na Educação Infantil: avaliação como um instrumento e como processo de inclusão realizado no ano de 2017, com carga horária de 4 horas, já lecionou nas séries iniciais.

A **Professora 3** tem 36 anos, formada em magistério em 2005, leciona na escola há 8 anos e a 12 anos trabalha como docente, é professora da EJA e já participou dos cursos sobre EJA, Educação do Campo e Educação Especial, em 2017, com carga horária de 4 horas.

Em relação aos **Alunos** decidimos em cada uma das três turmas realizar uma entrevista geral e daí fizemos um filtro em relação as respostas semelhantes e que se aproximavam muito uma das outras, embora as respostas sendo de sujeitos diferentes, suas histórias de vida são muito semelhantes. Esta técnica se aproximou do que se pode chamar de Grupo Focal (GF)³.

A técnica de pesquisa é desenvolvida por sessões grupais de discussão, em nosso trabalho centralizamos uma temática específica a ser debatida pelos participantes, associada a nossas questões que foram escritas no quadro da sala de aula. Nossa pesquisa como já observamos até agora focalizou a temática sobre a EJA e aspectos da evasão nesta modalidade de ensino.

Os GFs abrangeram seis encontros, dois em cada sala de aula levando em consideração a maior participação dos alunos em dias alternados. Justificamos a utilização do GF nesta pesquisa levando em consideração a quantidade dos estudantes a ser entrevistados individualmente e o tempo que levaríamos para realizar as entrevistas padrão de entrevistas recomendáveis, “O número de participantes em cada grupo seguiu orientação de estudos acerca do grupo focal, que referem de seis a 15 pessoas” (L. B. Ressel, & Outros. 2008); ainda considerando a dinâmica da escola com suas turmas de 30 alunos.

Poe essa técnica de GF solicitamos aos professores e alunos de cada turma que permitissem nosso trabalho de investigação na sala de aula, o que foi permitido sem qualquer divergência, o grupo focal facilitou nossa pesquisa quanto à coleta dos dados com os estudantes. As técnicas “[...] são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo [dessas técnicas] que constitui a junto com a linguagem e as instituições sociais complexas [...]” (Lèvi, 2000, p.34).

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

³ Para mais aprofundamento dessa Técnica de pesquisa, ver os estudos de: RESSEL, L.B., BECK, C.L.C., GUALDA, D.M.R., HOFFMANN, I.C., SILVA, R.M., SEHNEM, G.D. (2008). *O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis. Out-Dez; 17(4): 779-86.

Em nosso trabalho, para coletarmos os dados, apresentamos um requerimento à secretaria da escola com as devidas explicações sobre os objetivos da pesquisa e seus desdobramentos. Solicitamos o acesso às visitas exploratórias, enquanto pesquisadora conversei com a Gestora da escola e com a Pedagoga para que eu fosse apresentada aos professores da EJA.

Este primeiro contato com o campo de pesquisa se deu de maneira tranquila e sem nenhuma situação que tenha criado algum desconforto de ambas as partes. Fui muito bem recebida pelos profissionais da escola que me disponibilizaram todas as informações para contribuir com a pesquisa.

Em outro momento, na segunda visita, pude me encontrar com todos os professores para apresentar o projeto e explicar mais detalhadamente seus objetivos, e como estes iriam participar dos momentos da pesquisa. Tudo isso foi pensado e organizado anterior ao período em que entramos na pandemia da Covid-19⁴. Como já relatei acima em relação ao afastamento de todos na escola por consequência da pandemia, daí tive que organizar minha agenda para a coleta dos dados com os professores e os estudantes, estes que só pude ter acesso no ano de 2021 para finalizar minha coleta de dados. Com os professores consegui acesso aos dados por nossas conversas em aplicativos sociais das mídias eletrônicas, pois não perdi seus contatos por conta de eu também fazer parte da rede municipal de ensino.

Esse instrumento de mídia foi muito importante para que pudéssemos esclarecer nossos objetivos da pesquisa com mais entusiasmo, aí também expliquei aspectos de sigilo em relação às informações fornecidas pelos professores. Também lhes garanti o sigilo absoluto de suas identidades, mediante codificação dos nomes representados por anônimos; feito tudo isso demos prosseguimento à análise dos dados coletados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

⁴ Ver em: **Organização Pan-Americana da Saúde** (OPAS) é a agência internacional especializada em saúde pública das Américas. “Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo” Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 25/10/2021.

Nesse item, pretendemos identificar as abordagens que dizem respeito à Educação de Jovens e Adultos e o contexto da evasão nessa modalidade de ensino. Construímos uma análise estruturada pelos dados, aquilo que os participantes e os casos revelaram, e o que o pesquisador descobriu no processo de investigação, partindo da realidade em que esse está inserido. (Sampieri, 2007)

Durante o processo de investigação, na coleta dos dados, consideramos importante o acesso aos ambientes destinados aos estudos da EJA na escola, embora durante um longo período de quase dois anos, em que nos mantivemos distanciados da escola, esta esteve fechada. Aí estivemos observando e anotando algumas reflexões que iam surgindo em minha mente, fazendo uma ligação ao que naquele ambiente se passou e agora não existia quase ninguém, já vivíamos o segundo ano de pandemia.

Ao visitar a escola e pensar nela como espaço formal da construção do conhecimento, e aí vivendo um momento em que todo o sistema teve que se reinventar, este foi o tempo em que o distanciamento provocou mudanças na ação pedagógica dos professores/as. Foi também nesse contexto que ao construir minhas análises documentais busquei o acesso a determinados dados com ou sem a presença de pessoas, alguns documentos foram obtidos em espaços institucionais, com a Secretaria Municipal de Educação e a escola, ainda outros em sítios eletrônicos, por meio da internet para conseguir livros em formato digital, em Word ou PDF.

No processo de abordagem sobre as práticas dos professores sobre suas experiências, dificuldades e expectativas em relação ao trabalho com a EJA, observamos a necessidade e a urgência em consolidar-se, de maneira mais compromissada sobre a problemática dessa modalidade no que se refere ao difícil retorno aos bancos da escola em um momento da vida, na maioria das vezes já muito cansados de uma jornada dura de trabalho, por parte daqueles alunos com mais idade. Esta é uma breve reflexão que parte da realidade dos professores e coincide com as questões que direcionam esta pesquisa.

É nesse contexto que tal pesquisa se constituiu pela técnica de entrevistas semi-estruturada com os professores e se configurou como a fase imprescindível da pesquisa para a identificação das concepções dos professores em relação às suas atividades docentes em sala de aula da EJA. Sobre isso Sampieri (2007), mostrou que a entrevista semi-estruturada se baseia em um roteiro de assuntos ou perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter mais informações sobre os temas desejados.

Já Minayo, referindo-se à entrevista, considera que:

é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (Minayo, 2007, p.57)

O contexto da investigação, relacionado a entrevistas semi-estruturadas, diz respeito à construção de reflexões significativas que se liga aos nossos objetivos específicos, entendendo que estes nos darão a resposta para o que levantamos como problema de investigação e assim, elucidar com mais clareza o nosso objeto de estudo. Este momento de pesquisa exigiu uma organização minuciosa, no que se refere à constituição da maneira como foram realizadas, como já foi mostrado acima por contatos com os professores via rede social. Procuramos evitar respostas diretas como sim ou não, sem um aprofundamento maior por parte dos entrevistados.

As entrevistas se sucederam especificamente em data hora e local estabelecido pelos participantes e combinadas com a pesquisadora. Foi necessário combinarmos esse tempo devido à situação já descrita acima pelo momento de distanciamento social e ainda respeitando os reflexos causados emocionalmente pela perda de centenas de pessoas vítimas da doença; observamos que em nenhum de nossos entrevistados, em suas famílias, ocorreram fatalidades de óbitos.

Na garantia da autenticidade dos entrevistados e a melhor compreensão dos dados, nossas entrevistas foram levadas no ambiente virtual e o tempo de duração variou de 20 minutos a 30 minutos, segundo a disponibilidade de cada entrevistado; daí realizamos as transcrições das falas dos Professores/as, da Gestora e da Pedagoga; somente no retorno a escola é que foram feitos os encontros com os alunos da EJA.

As informações prestadas pelos entrevistados favoreceram a uma análise mais aprofundada das situações do trabalho pedagógico desses profissionais e os anseios dos alunos da EJA, no que dizem respeito às situações que envolvem a sua experiência profissional, acadêmica as quais proporcionam o desenvolvimento de suas práticas docentes e visão de mundo. Sem dúvida alguma este momento foi muito relevante, pois cada um pôde compartilhar de maneira livre suas experiências, sentimentos, fragilidades, anseios e esperanças que dão sustentabilidade para continuar sua prática docente e seu caminhar no mundo.

4.1 OS ENTREVISTADOS

4.1.1 Os alunos

A realidade da Educação de Jovens e Adultos, nas escolas municipais, passa por diversos contextos que contribuem para uma difícil situação do avanço e da melhoria dessa Modalidade de Ensino. Nesse sentido, perguntamos aos alunos baseado na temática sobre a evasão de alunos nas turmas da EJA:

Por que você retornou a escola?

Em qual circunstância de sua vida você teve que deixar a escola?

Você sentiu dificuldades de conseguir um trabalho por ter parado de estudar?

Você pensa em desistir novamente da escola?

Como você vê seu/sua professor/a?

Você tem dificuldade em se manter na escola?

Como estudante da Educação de Jovens e Adultos, qual é a importância desse estudo para você?

Aqui sequenciaremos as respostas de maneira que elas foram surgindo no debate em sala de aula nos GFs, realizamos uma síntese dos relatos e destacamos algumas falas importantes sobre a realidade dos alunos. Na sessão seguinte faremos as interpretações dos dados coletados com os/as alunos/as e os/as Professores/as:

4.1.1.1 GF 1, GF 2 e GF 3 repostas:

Sobre retornar a escola e as circunstâncias que obrigaram a deixá-la

*Melhorar a condição de trabalho arranjando um emprego melhor. Outros afirmaram que: somos agricultores/as, antes de começar esse estudo, não sabíamos ler e escrever. Agora podemos olhar o preço e avaliar um produto no mercado, podendo entender melhor sobre os produtos que plantamos. – Aqui a gente trabalha com Pimenta de Cheiro (*Capsicum chinense* 'Adjuma') e Pimentão (*Capsicum annuum* Group), nos barracões de vegetação (alunos que trabalham com essas culturas).*

No momento no qual precisamos trabalhar para contribuir com a renda da família; Outra ainda afirmou: pois era apenas só eu e minha mãe. Comecei a trabalhar bem nova, às vezes eu ia sozinha e minha mãe ficava eu vendia salgados, bolos, pois nossa realidade era totalmente diferente daquele colega que tinha mais condições financeiras e infra-estrutura para estar em uma sala de aula.

Alguns concordaram que: *para estudar nós também precisamos ter dinheiro para pegar um transporte*, um aluno acrescentou: *então em minha realidade foi diferente, eu não tive muitas condições, até tentavam me ajudar, outras pessoas da família, mas eu já estava acostumado a minha verdadeira realidade*.

Sobre as dificuldades de conseguir um trabalho por ter parado de estudar ou se pensa em desistir novamente da escola

Sim, pois não conseguimos um emprego digno em que possamos receber um salário bom; Outra afirmou: *eu venho da caminhada luta né, da vida! Faço o que aprendi quando pequena: a trabalhar com comida. Sempre quando vejo que não estou conseguindo manter as despesas só com o auxílio do governo*. Nesse debate muitos concordaram que: *senão fosse isso (Auxílios do Governo Federal brasileiro⁵) não saberiam como estariam as suas situações*.

Em outro momento do debate, no GF, um aluno relatou: *perdi minha mãe na época do Covid-19 onde infelizmente perdemos muitas pessoas queridas, hoje eu estou aqui na escola, mas não tenho certeza se irei continuar, pois diante da caminhada da minha vida sempre paro, chega um momento em que eu não consigo continuar por dificuldades financeiras*.

Muitos dos alunos concordam: *gostamos de estudar, gostamos dos professores e principalmente dos materiais escolares, alguns de nós ainda não sabemos ler*, afirmaram que: *ainda é muito difícil, com os números muitos têm mais facilidades, decoram até as datas de aniversários de quase todos os meus familiares, sabem fazer contas bem, mas acreditamos que até o fim do ano letivo ainda vamos conseguir ler*.

⁵ Ver melhor em: Portal da Transparência do Governo Federal que é um site de acesso livre, Lançado pela Controladoria-Geral da União (CGU), em 2004.

Benefícios ao Cidadão:

O que são?

São recursos financeiros transferidos diretamente da União para o cidadão que participa de programas sociais específicos. Assim, as pessoas inscritas nesses programas recebem, diretamente da União, valores monetários periódicos. Para consultar dados do Auxílio Emergencial, do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, da Garantia-Safra e do Seguro-Defeso no Portal da Transparência, bem como dos cidadãos beneficiados, acesse [Benefícios](#).

Quem pode receber?

Os benefícios são concedidos aos cidadãos inscritos nos respectivos programas sociais. Cada iniciativa possui regras específicas que precisam ser atendidas para que o valor seja concedido. < <https://portaldatransparencia.cgu.gov.br/entenda-a-gestao-publica/beneficios-ao-cidadao>>. Disponível em: Acesso: 03/03/2022.

Uma boa parte dos alunos explicou que: *retornam à escola pelos mesmos motivos nos quais retornam sempre, a vontade de querer aprender, de ler e de no futuro poder fazer um curso superior.* Uma aluna afirmou nesse GF: *gostaria de fazer uma faculdade de Medicina Veterinária, sabia que o meu sonho é ser Veterinária? Eu amo animais, e principalmente por ter uma estabilidade financeira, gostaria muito de poder trabalhar.*

Muitos foram os comentários sobre se desistiriam da escola, aqui destaco uma aluna que retratou muito bem a realidade de muitos dos alunos investigados: *Hoje não, mas a minha vida está em constante mudança, quando a gente aprende a ter independência desde bem pequena a realidade é outra, eu não sei onde posso estar, mudo de cidade e por muitas vezes isso também me desmotiva, a infra-estrutura para chegar na escola também, se tivesse um projeto do governo que liberassem ônibus para os alunos da EJA, aqui em Figueiredo os ônibus trazem os alunos das comunidades, os que moram na sede do município não possuem rotas (Nas grandes cidades brasileiras não existem auxílio transporte aos alunos da EJA, porém nos municípios do interior existem transportes do Programa Caminho da Escola do Governo Federal, explico melhor sobre esse programa mais adiante) iria me ajudar muito e moro um pouco distante da escola, se tivesse ônibus eu não pensaria tanto em desistir, mas eu amo estar aqui, pretendo chegar até o final.*

Sobre o/a professor/a e a dificuldade em se manter na escola

Nos GFs não percebemos qualquer descompromisso em relação a desinteresses dos trabalhos pedagógicos com os alunos da EJA, a fala para uma aluna adulta do GF 2: *Vejo ele como um caminho para eu chegar até onde almejo tanto, a conquistar os meus sonhos, eu já tive vários professores da EJA, todos foram especiais para a minha vida, mesmo que eu pare eu levo a educação que eles passaram para a minha vida, eu amo aprender, o pouco que eu sei sobre o processo de aprendizagem a maior parte veio deles, senão eu não reconheceria nem os números, acredito que o professor tem um papel primordial em sala de aula, tanto para ensinar como para nos mostrar a cultura, quando ouço falar da História do Brasil, do nosso passado, tenho mais curiosidade de ler os livros, aprender, contos e poesias, por isso estou aqui hoje, quero aprender mais sobre o mundo e eu acredito que o professor pode me ajudar a chegar lá, pois vejo sabedoria neles.*

Sim, entendemos que a escola é importante. Muitos deles têm dificuldades em se motivarem, como um aluno afirmou: a infra-estrutura é mais complicada pois tenho que pegar ônibus e como não estou empregada muitas vezes falta dinheiro e não consigo vir a escola e quando estou trabalhando por conta própria por muitas vezes me atraso, pois o cansaço é grande trabalho como diarista quando aparece algum serviço.

Sabemos que esse estudo é o que vai continuar traçando nossas vidas, com o certificado de conclusão conseguiremos um emprego digno e o ingresso na faculdade. Em nossos encontros no GFs foi visível o interesse em continuarem os estudos: esse é o meu principal sonho, ainda penso em poder sentar na cadeira de uma faculdade, e ler vai ser uma dádiva, pois hoje estou com 52 anos, mas não paro de sonhar.

4.1.2 Os Professores:

Aqui levamos em consideração o objetivo de compreender como os professores percebem os aspectos do fazer pedagógico nas turmas de EJA. Como pesquisadora buscamos um conhecimento mais amplo, sólido e qualificado, partindo da realidade em que os docentes estão inseridos. Sobre o fazer pedagógico entendemos que a articulação da teoria com a prática é uma constante no processo de ensino. Essas são faces indissociadas uma da outra no processo do exercício metodológico, da produção e do conhecimento no contexto escolar.

Em relação à coleta dos dados com os professores, evidenciamos novamente aqui a condução de nossos debates, realizados em momentos de distanciamento social no período da pandemia do Covid-19. Realizamos encontros por rede social em que intercalamos momentos de duas perguntas bases, para introduzir o assunto, com a expressão livre dos/as professores/as e daí fizemos as transcrições das falas de cada um deles.

Devido ao período difícil em que nos encontrávamos resolvemos fazer um só encontro virtual, pensando no momento difícil em que os colegas e eu estávamos passando, pela contaminação do vírus pandêmico da Covid-19 e o caos no sistema público de saúde em nossa cidade; abaixo os relatos dos docentes.

Em relação aos professores pesquisados perguntou-se:

Você como Professor da Educação de Jovens e Adultos, o que você espera com seus objetivos, em relação à melhoria de vida de seus estudantes?

Você como professor, o que leva hoje o estudante abandonar a sala de aula?

Espero que seja alcançado, através desse estudo que eles possam aprender e desenvolver seus conhecimentos para alcançar um bom emprego, atingindo os seus desejos.

Em meu ponto de vista, são diversos fatores que levam o aluno a desistir da escola, pois muito são agricultores e trabalham 8 horas por dia, chegam desmotivados na sala de aula pela noite. A maternidade na adolescência é bem evidente entre as meninas, algumas chegam a ter dois filhos pequenos. A distância entre a escola e a casa, existem poucas escolas que atendem essa Modalidade de Ensino, no município. Outro motivo, também é a diversificação dos objetos de ensino, as escolas são desprovidas de práticas culturais, como: arte, esporte, teatro, dentre outras atividades. É somente os conteúdos das disciplinas, Português, Matemática, História e Ciências.

4.1.2.1 Das expressões livres dos/as professores/as

(PROFESSOR 1): Trabalhar com Educação de Jovens e Adultos (EJA) me possibilitou conhecer alguns aspectos relacionados com esse público e que fornecem um rico aprendizado para todos os envolvidos. Um desses aspectos é o propósito do aluno, isto é, o que o impulsiona a frequentar a escola. Não sendo mais criança, os jovens e adultos em sua maioria matriculam-se por iniciativa própria e não de seus pais. Geralmente são movidos pelo interesse por uma melhoria em sua empregabilidade, pressão do empregador ou desejo por um progresso profissional. Tive assim oportunidade de conviver com alunos atuantes nas mais diversas atividades laborais e que por isso mesmo detinham um considerável lastro de conhecimentos e experiências de vida. Esses saberes prévios sempre foram muito úteis como ponto de partida para o desenvolvimento de aulas e discussões em sala, favorecendo o envolvimento da turma nos assuntos tratados, pois percebiam que os temas, quando devidamente contextualizados, eram relevantes para suas vidas cotidianas. A participação e o engajamento dos alunos podia ser melhor obtido quando eu lhes oferecia oportunidades de tratar sobre questões de suas vivências bem como provocando o seu envolvimento a partir de situações desafiadoras ou ainda orientando situações em que um aluno podia cooperar com outros em determinadas situações. Portanto, trabalhar com EJA me forneceu um importante aprendizado sobre a natureza humana, sobre comunicação e interação, sobre didática etc.

Os alunos aprendiam segundo os seus propósitos e eu aprendia segundo os meus.(R.V)

(Professora 2): *minha experiencia como professora na modalidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal Deisy Lammel Hendges no ano de 2016. Como professora de ensino regular na disciplina de matematica e ciencias, foi lotada para ministrar aulas nas turmas do ensino fundamental da EJA, Como isso iniciei fazendo um diagnostico com os alunos para conhecer melhor o nivel de conhecimento de cada estudante. De acordo com o resultado do diagnostico, observei que havia necessidade de mudar a metodologia de ensino que era utilizada no ensino regular. Constatei que a turma tinha dificuldade em interpretação de leitura, tanto em matematica como ciencias. Dai dentro da base curricular, elaboramos um novo metodo de ensino com objetivo para facilitar o aprendizado do aluno. Neste novo metodo que foi o dialogo, houve uma troca de experiencias entre professora e aluno, como tentar conhecer o cotidiano e os problemas existentes em suas comunidades. Com esta experiencia podemos concluir que o dialogo entre aluno e professor é fundamental para buscar o conhecimento, crescimento atraves contextualização dos problemas de sua comunidade com o ensino atual. De acordo com **Paulo Freire**, *Pedagogia do Oprimido (1921-1997)*,o objetivo da escola ensinar o aluno a "ler o mundo" para poder transformá-lo.(S. V.)*

(Professora 3): *A Educação de Jovens e Adultos, EJA, regulamentada pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Nacional LDBEN, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, oportuniza todas as pessoas que não tiveram oportunidade de cursar a educação escolar em idade adequada. Nas regiões brasileiras Norte e Nordeste existem um grande número de pessoas que evadiram da escola para trabalhar, ajudar a família nas despesas ou mesmo tiveram dificuldades de aceitação na escola e de aprendizagem. A minha experiência com a EJA, inicialmente, foi como coordenadora das turmas de Ensino fundamental e Médio da Escola Municipal de Balbina, anos de 1996 a 2006, quando ainda tinha a denominação de curso Supletivo de Primeiro Grau e curso Supletivo de Segundo grau. Naqueles anos, recebíamos os alunos jovens que não tinham obtido êxito nas turmas de Ensino convencional. Recebíamos,*

também, adultos pescadores, que nunca tinham frequentado a Escola. Na sala de aula, os adultos se sentiam tímidos diante dos jovens. Porém, eram os adultos que mantinham o equilíbrio da turma, quando esta estava um pouco agitada. Os jovens e adultos pareciam felizes e cotidianamente estavam bem concentrados e realizando as suas atividades escolares. Entretanto, quando chegava o período da pesca, eles iam para o lago e rios em busca do pescado que garantia a renda para o seu sustento e renda familiar. Em outros anos, quando aconteciam as eleições municipais, esses alunos buscavam trabalho com os candidatos aos pleitos e aos poucos iam sumindo da escola. A Escola Municipal de Balbina procurava compreender as diferentes situações dos alunos e na medida do possível, conversar com eles mostrando a importância da educação escolar. Procurava, também, apoiá-los repetindo as aulas ou ministrando as atividades para recuperar as aulas perdidas. No ano de 2021, tivemos uma outra experiência na EJA. Na mesma Escola, assumimos aulas de Língua Portuguesa para turmas do sexto ao nono ano. As aulas foram no sistema remoto. Foi um ano difícil por causa da pandemia da covid – 19. Os alunos procuravam acompanhar as aulas, apesar da internet lenta. Em algumas famílias, era um celular para dois ou três estudantes em uma mesma casa. Mas eles persistiram...persistiram... junto conosco, fechamos o ano letivo com boa parte dos alunos evadindo. Os poucos alunos que concluíram o ano, este ano estão numa Etapa superior. A Filosofia utilizada por esta professora, como coordenadora pedagógica ou como docente, é baseada na Pedagogia Freireana. Busca-se o diálogo e a humanização da educação pública dirigida às classes trabalhadoras, aos oprimidos deste mundo (FREIRE, 1997). A. L.

Presidente Figueiredo, 02 de março de 2021.

4.2 A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS À LUZ DOS OBJETIVOS

Nesta seção iremos apresentar as interpretações dos dados já sistematizados acima, aqui construiremos as análises nas subseções seguindo a sequência dos objetivos específicos projetados para a pesquisa. Nesse sentido, optamos pela análise interpretativa dos documentos e das informações prestadas pelos entrevistados, isso significando a tomada de uma posição própria a respeito das ideias enunciadas. “É superar a estrita mensagem do texto, é ler nas

entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor”. (Severino, 2016, p. 59)

De acordo com o autor é nesta fase da pesquisa que encontramos alguma dificuldade. Aqui se envolvem a busca por uma compreensão interpretativa dos pensamentos e ideias expostas e adotamos como pesquisadora, um posicionamento particular e concreto, estes se estabelecem na realidade constituindo com a aproximação e a associação das ideias semelhantes ou não, destacadas nos pressupostos teóricos que compõem o texto dissertativo. (Severino, 2016)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira, Lei n. 9.394.96, encontramos os aspectos legais na EJA, na escola brasileira. O artigo 37 da LDB explica que: “aqueles que não tiverem acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”, a estes são assegurados a oferta gratuita e as oportunidades necessárias para sua educação.

4.2.1 A prática de ensino dos professores nas turmas da EJA, as aulas, os métodos de ensino, as formas de avaliações e a escolha dos materiais didáticos utilizados

Quanto à primeira questão, não é muito diferente a resposta do professor em relação ao que os alunos da EJA imaginam como melhoria de vida, a partir da escolarização. O professor entende que, com a escolarização o aluno irá alcançar “um bom emprego”, este aspecto também não exclui o professor da agenda ideológica do liberalismo.

Em nossos debates sobre as questões levantadas a respeito para melhoria de vida dos estudantes da EJA e o que leva o mesmo a abandonar a sala de aula, os professores afirmaram, em conjunto, que são diversos fatores que contribuem para desistência do aluno da EJA, dentre eles, o que caracteriza o município, estão associados os trabalhos na agricultura. Muitos dos alunos são trabalhadores que ficam 8 horas por dia no trabalho do Campo e que a noite eles precisam estar na sala de aula.

É muito difícil, pois eles já chegam cansados da labuta de um dia inteiro e não se sentem motivados para permanecerem ali, embora como já ressaltamos, os muitos sonhos de tantos alunos em continuar sua vida escolar. Outro fator muito importante também, no caso do município, é a gravidez na adolescência e que existem meninas com até dois filhos como foi observado em nossos debates.

Esta tarefa de cuidar dos filhos ocupa quase que 100% do tempo dessas meninas, esses são dados ainda do observatório do UNICEF, sobre os aspectos de impactos sociais e de

saúde pública. Mesmo assim o município sempre recebe o Selo Unicef⁶ pelo compromisso de reduzir tais indicadores sociais críticos.

Enfatizamos que a EJA é uma modalidade de ensino que se destina aqueles alunos da escola que interromperam ou que não tiveram acesso no período normal do sistema de ensino brasileiro. Ela tem a finalidade de garantir o direito a uma educação de qualidade para todos e todas. Essa situação de muitos brasileiros/as se dá em inúmeros motivos: como pela necessidade de trabalhar, necessidade de completar a renda familiar, aspectos relacionados ao acesso à escola, a repetida reprovação nos níveis normais de ensino, dentre outros aspectos sociais inerentes a vida das classes pobres no Brasil (Unicef, 2017-2022).

A LDB prevê o estímulo ao acesso e a permanência daqueles alunos, trabalhadores que não tiveram acesso ou puderam continuar, de alguma maneira, ao/no sistema regular de ensino brasileiro em seus níveis normais. No ano de 2008 por determinação da Lei Nº 11.741 (Brasil, 2008), foi acrescentado à LDB na EJA, a alternativa da educação profissional no currículo escolar.

No artigo de número 38 da LDB, este determina quais sistemas de ensino cursos e exames supletivos habilitam o prosseguimento do ensino para aqueles que não tenham feito em tempo normal. Estes exames podem ser aplicados no nível de conclusão do Ensino Fundamental em alunos com mais de 15 anos e no nível de Ensino Médio para maiores de 18 anos. (Brasil, 2008)

Levando em consideração esses aspectos legais, ainda são milhões de cidadãos brasileiros que não têm acesso e não se beneficiam da escola, as políticas públicas educacionais brasileiras garantem a educação como direito público subjetivo, significa dizer que todo/a brasileiro/a, desde os seus nascimentos têm direito à educação pública gratuita, Art. 208, § 1º da Constituição Federal Brasileira de 1988, em que disciplina o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, prestando-se à exigibilidade judicial de políticas públicas educacionais. (Brasil, 1988)

⁶ Indicadores de Impacto Social: Numerador: Nº de mães entre 10 e 14 anos com lhos de até 12 meses = 9; Denominador: Total de nascidos vivos = 558; Calculo: $(9 / 558) * 100 = 1.6\%$. A gravidez em idade precoce, principalmente se desprotegida, pode trazer riscos para as adolescentes, principalmente às menores de 15 anos, que têm mais chance de apresentarem complicações e morrerem durante a gravidez e o parto. Além disso, uma das causas mais fortes para o abandono e evasão escolar de adolescentes é a gravidez precoce. Além disso, a idade materna pode ser associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais frequentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas. (Fonte: SINASC: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos). O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para estimular e reconhecer avanços reais e positivos na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/indicadores/2017-2020/dadosfinais_AM_PresidenteFigueiredo.pdf>. Acesso em: 15/09/2022.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009); II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996); III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006); V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009); § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola. (Brasil, 2021)

É necessário garantir a esses sujeitos que ingressam ou retornam à escola uma educação de qualidade que permita a diminuição das desigualdades características aos sujeitos, público alvo da EJA. Estes são estudantes que precisam ter acesso aos programas educacionais que possam atender às suas necessidades para que estes melhorem sua participação e inclusão na sociedade.

A educação brasileira leva em consideração uma tendência educacional que vem norteando os sistemas de ensino nos mais variados países do mundo e não menos na América Latina, que é a educação por competências e habilidades,

O Ministério da Educação homologou, em maio de 2021, a Resolução nº 01/2021, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à

Base Nacional Comum Curricular⁷ (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. A homologação ocorreu após as novas diretrizes terem sido aprovadas por unanimidade no Conselho Nacional de Educação.

A BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil/BNCC, 2017). Ela é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)⁶, e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade (BRASIL, 1996).

No caso da EJA, os conhecimentos e as habilidades adquiridos pelos Estudantes da EJA são avaliados pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos⁸ (ENCCEJA). O ENCCEJA é um exame aplicado anualmente pelo Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), ele é que valida o ensino fundamental para jovens e adultos a partir de 15 anos. No caso do Ensino Médio para os maiores de 18 anos existe o ENEM que avalia os conteúdos assimilados por aqueles que atingem a nota mínima exigida à aprovação.

Um documento orientador importante nesse contexto da EJA é a Proposta Curricular para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos. Segundo esta proposta a EJA possui três funções:

⁷ No dia 6 de abril de 2017, a proposta da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, foi entregue pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação. De acordo com a Lei 9131/95 coube ao CNE, como órgão normativo do sistema nacional de educação, fazer a apreciação da proposta da BNCC para a produção de um parecer e de um projeto de resolução que, ao ser homologado pelo Ministro da Educação, se transformou em norma nacional. (Brasil, MEC, 2022); Ver em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso: 15/03/2022.

⁸ Em 14 de agosto de 2002, foi instituído, pela Portaria nº 2.270 do Ministério da Educação, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), apresentado como um “instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos em nível do ensino fundamental e do ensino médio” (Brasil. MEC, 2002). Tratava-se de uma política formulada pelo governo federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com dois objetivos principais: ser uma alternativa aos exames supletivos aplicados nos Estados como forma de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, colaborando para a correção do fluxo escolar; e integrar o que o então ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, denominou de “ciclo de avaliações da Educação Básica” (Souza apud Brasil. Inep, 2002, p. 8), juntamente com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Dessa forma, o Encceja foi criado no contexto do grande desenvolvimento das “avaliações externas em larga escala” nos anos 1990, devendo servir também como instrumento de avaliação das políticas públicas para a EJA com vistas a melhorar sua qualidade no Brasil. (Ver: Catelli Jr. R.; Gisi, R. B.; Serrão, L. F. S. (2013) *Encceja: cenário de disputas na EJA*. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez.)

Função reparadora - no sentido de devolver os direitos civis aos jovens e adultos disponibilizando uma escola de qualidade. Da mesma forma tem o papel de restaurar a igualdade ontológica, isto é, real, social e dê importância ao ser humano.

Função equalizadora - a ideia básica é dar oportunidade igual a todos por meio da educação tanto no mundo do trabalho como na vida social, nos Espaços estéticos e nos canais de participação.

Função qualificadora - Como o nome já diz, minha intenção é qualificar os alunos desenvolvendo potenciais de maneira permanente traduzindo a real função da EJA. (Brasil, 2002a, p. 18)

Nesse contexto das políticas educacionais da EJA no Brasil temos um conjunto de políticas e Diretrizes Curriculares Nacionais que fundamentam as diretrizes e as bases para o ensino dessa modalidade. Nesse contexto político pedagógico-curricular é que as escolas brasileiras, que trabalham com esta modalidade de ensino nos entes Federados Municipais brasileiros, em que as escolas estão situadas, em seus localismos, é que essas irão desenvolver suas autonomias enquanto instituição de ensino da EJA seguindo as determinações da LDB 9.394/96 no Brasil.

Essa autonomia se coaduna com as particularidades dos sujeitos da EJA, particularidades garantidas pela referida lei da educação no Brasil e consolidada pela, Resolução nº 1 (Brasil, 2000a) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece em seu artigo 5º (parágrafo único) que a EJA deve levar em consideração os perfis dos estudantes, com suas diferentes faixas etárias, pautando-se pela Equidade e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, para e pela contextualização curricular característica dos sujeitos da EJA.

Em Presidente Figueiredo, como discutimos em nossos encontros com os professores dessa pesquisa, o trabalho educativo na EJA, segue os requisitos orientadores do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria Municipal de Educação SEMED/PF não possui proposta curricular específica nesse segmento, no entanto conforme informações recebidas pela escola a Secretária está construindo a proposta curricular que irá ser homologada pelo Conselho Municipal de Educação em 2023, no momento a SEMED/PF segue as diretrizes do MEC e as escolas instituem suas particularidades curriculares conforme suas necessidades.

Os Professores da EJA seguem pedagogicamente aquilo que se discute nas escolas com a Pedagoga da escola e as orientações do Coordenador da SEMED/PF, este faz parte da Equipe Pedagógica da Secretaria no Setor Pedagógico, ele orienta os trabalhos pedagógicos com base nas Diretrizes do MEC.

4.2.2 A realidade socioeconômica em que vivem os alunos da EJA, procurando compreender o contexto social em que estão inseridos, os seus sonhos e as suas perspectivas com o curso

Dos Alunos

É evidente a manifestação dos estudantes em relação ao cumprimento da agenda do modelo liberal, em que existe a ilusão de que a escola vai ser a redentora dos seus males, angustias de uma vivência marcada por exclusões sociais e dificuldades econômicas. Acreditam que avançando no nível de escolaridade, poderão melhorar a qualidade de vida, pensam que um poder aquisitivo maior, irá tirá-los da difícil vida em que a existência laboriosa pela agricultura caracteriza o fazer dos sujeitos do Campo.

É forçoso considerar os requisitos formativos cada vez mais complexos para o exercício de uma cidadania plena, as exigências crescentes por qualificações de um mercado de trabalho excludente e seletivo e as demandas culturais peculiares a cada subgrupo etário, de gênero, étnico-racial, socioeconômico, religioso ou ocupacional. (Pierro. & outros, 2001, p. 68) É uma falsa ética, em que ainda muitos no interior da escola se vêm enredados, emaranhados.

Em Presidente Figueiredo os alunos da EJA são sujeitos das camadas rurais, camponeses, muitos excluídos de espaços sociais urbanos que não conseguiram se incluir em uma vida demandada pelo viver das cidades. Nesse viver, muitos sem qualificação incompleta, escolarizada e sem como entrar na vida ativa do trabalho formal, são marginalizados e excluídos desses espaços urbanos em que a competição é acirrada; esta é uma realidade de desigualdades e de exclusões.

Em outra condição estão aqueles que sempre viveram no campo, moram nas comunidades afastadas da sede da cidade, vivem do sustento da floresta e trabalham com escassos recursos para o cultivo de culturas de subsistência, muitos desses, as famílias são organizadas para o trabalho coletivo, de onde tiram seus sustentos dos produtos vendidos nas feiras de fim de semana na cidade local.

Esses locais do campo estão afastados por grandes extensões de estradas, ramais e rios locais, são horas e até um dia de deslocamento para escoamento da produção agrícola e, em alguns casos, pecuária (criação de peixes e frangos), trabalham em regime familiar de produção.

Quanto ao agronegócio, existe a empresa Jayoro, subsidiária da Coca-Cola no Amazonas, ela possui uma área de 59 mil hectares desde a década de 1970. Seus canaviais

ocupam uma faixa de 4 mil hectares e ainda ocupa 410 hectares com guaranazais no 120Km da RD BR 174 em Presidente Figueiredo.

Em média a Jayoro emprega 1.350 funcionários, ela produz anualmente 18 mil toneladas de açúcar, parte dessa produção vai para a Recofarma. Por obrigação de contrato, a Jayoro não informa a quantidade de produção enviada para a Recofarma, empresa do Grupo Coca-Cola, que produz o concentrado do refrigerante na capital Manaus/AM, existem períodos intercalados de colheita e entressafra, neste a empresa dispensa os funcionários contratados no período da colheita da cana de açúcar (*Saccharum officinarum*), que é realizada 100% mecanizada. A relação que a empresa tem com a EJA, é que dentre os requisitos para o contrato desses trabalhadores, é que eles devem estar matriculados na escola cursando regularmente no período noturno.

Ensinar na EJA vem sendo cada vez mais desafiador para os profissionais que trabalham com a promoção do desenvolvimento desses alunos. Torna-se necessário desenvolver um conjunto amplo de habilidades, que envolvem diversas áreas do cotidiano. No desenvolvimento dessas habilidades é necessário planejar a organização e execução de acordo com o esperado, tanto no âmbito social como na aprendizagem, as políticas sociais voltadas à EJA contemplam não só os interesses da sociedade, mas também de uma lógica excludente do liberalismo, no sentido de inserir as pessoas no mercado de trabalho.

A educação no contexto da EJA tem o papel de mudar, fazendo uma história diferente com base no movimento da inclusão de todos. Os professores precisam desenvolver um pensamento reformista diante de um olhar inclusivo social, visando promover atenção especial e dispor recursos com a devida necessidade de cada aluno; existem outras maneiras de ensinar, estas permitidas pela abertura de espaços nas ações educacionais consideradas pela proposta curricular da EJA, são maneiras e ações educacionais para que os professores possibilitem o ensino da diferença cultural e individual, principalmente o acesso desses alunos a uma vida mais digna.

Em relação às outras respostas, se percebe claramente as mazelas sociais em que nossos jovens se vêem presos, armadilhas que os põem às margens da sociedade, transformando suas vidas em um constante vir a ser de incertezas e descaminhos, uma difícil, ou quase impossível, tarefa que a escola tem o compromisso de reverter.

CONCLUSÕES

De modo geral, o cenário da educação brasileira, expede ainda um debate importante sobre as metodologias teóricas que influenciam a escola. Essas ideias são inseridas diretamente no fazer e no saber escolar, no Brasil, diferente de outras partes do mundo, vivemos constantes quadros de mudanças e transformações nos aspectos socioculturais e econômicos, a educação não fica fora de tais mudanças.

As considerações da política nacional de Educação de Jovens e Adultos permitem a abertura de espaços nas ações educacionais dos professores, possibilitando outras maneiras de ensinar, hoje mais do que nunca para a educação profissional, metodologias que atendem a agenda do neoliberalismo. As ideias que consideram aspectos mais progressistas e libertadores não se efetivam na escola, com muito custo por ações de alguns/mas professores/as tangenciam pressupostos da pedagogia de Paulo Freire.

Pois se falamos de inclusão, também pensamos nas escolas do campo, entendemos que esse contexto sociopolítico e econômico em que vivemos é de incertezas, e nos vemos em meio a buscas por alternativas de vida mais justa e humana. São alternativas, as quais, precisam contemplar os reais interesses do homem e da mulher do campo. E por meio da arte na educação se torna um trabalho apazível. No contexto sociopolítico e econômico das realidades Amazônicas, precisamos fortalecer a lealdade com as pessoas que vivem nos espaços dos rios, dos beiradões e do interior da floresta, e nesses contextos da arte na educação inclusiva é fundamental, não podemos esquecer também dos alunos com deficiências, estas que numa primeira aproximação com a escola comum por muitas vezes profissionais se mostram incomodados, é a partir da arte nos conteúdos pedagógicos que se faz o fluir da imaginação deste, e o leva a ter mais motivação aos estudos.

O que diferencia é que o atendimento é específico nas necessidades individuais de cada aluno, mesmo com a adversidade, a educação inclusiva não se caracteriza dessa maneira, a escola pode ser um espaço que acolhe diversos alunos, porém não será inclusiva se a vivência dessa realidade não for presente, se a participação dos seus alunos não desenvolverem um senso de pertencimento.

Há muito a ser feito quanto ao cumprimento do que está determinado na política de educação brasileira, na modalidade de EJA. Em se tratando do município de Presidente Figueiredo no Amazonas, sua configuração geopolítica carrega consigo múltiplas barreiras para se efetivar o retorno social de uma educação que se perdeu pelo caminho, na vida dos jovens e adultos.

A convivência com esses alunos permite o aprender a lidar, no contexto de nossas ações pedagógicas, com as diferenças, e principalmente a superar as barreiras do preconceito e da exclusão. Nesse processo de educar, se estabelece um sentimento de companheirismo que precisa ser bem trabalhado no cotidiano da escola, estes são trabalhadores do Campo, Camponeses em sua maioria.

Em nosso pensar, é possível a construção de uma vida mais digna a essas pessoas do Campo. Acreditamos que é preciso um compromisso leal e ético para com essas pessoas no

sentido de reverter o jogo desleal de perde e ganha, de uma realidade complexa e desprovida de justiça e dignidade para com o ser humano, que por algum motivo deixou a escola.

É uma realidade em que, a grande massa de excluídos sempre perdeu, nesse modelo liberal. Estes são seres humanos que a lógica do capital sempre procurou excluir definitivamente, é preciso dizer que ao fortalecer a lealdade com essas pessoas, público alvo da EJA, que em nosso município, vivem nos espaços dos rios, dos beiradões e do interior da floresta, e que vivem da terra, no tirar de seus sustentos, outra maneira de Educação para a vida é possível.

O contexto atual, das discussões sobre o cenário da educação brasileira, remete às considerações importantes, no que se refere ao debate sobre as novas concepções teórico-metodológicas que vêm influenciando a escola, e a Educação Especial não está fora desse debate. São dentro de quadros de mudanças e transformações, nos aspectos político-econômico, sociocultural e científico-tecnológico, que se inserem as ideias diretivas do fazer e do saber da escola, em nosso país e não diferente em outras partes do mundo.

É preciso pensar uma educação às diferenças, que aceite o outro como um legítimo outro na convivência, uma educação que aceite, também, as outras culturas como legítimas, igual e com possibilidades de enriquecer na interculturalidade e a si própria e às outras culturas.

Sendo assim, as ideias de Maturana, convergem, também, para uma possível e necessária discussão sobre uma educação para a diferenças, no contexto multicultural de nossa região. O pensamento de uma escola que atenda a diferença cultural que comentamos, em nosso estudo, tem a função de priorizar os aspectos de uma sociedade, em que sua cultura se expressa através da dança, dos rituais, e da relação com a natureza.

Com base naquilo que foi coletado nas entrevistas com os sujeitos desta pesquisa, quanto às normatizações municipais publicadas pela secretaria de educação em relação à EJA, podemos constatar o interesse em determinar o compromisso em cumprir as demandas estabelecidas pela legislação do Ministério da Educação a respeito dessa modalidade de ensino no município. É certo que muito ainda precisa ser feito, levando em consideração aquilo que realmente precisa ser proporcionado ao público-alvo da Educação de Jovens e Adultos no município.

Muitos são os desafios que esses sujeitos encontram em seus cotidianos de existência, em seu cotidiano escolar e não diferente em seu cotidiano profissional. Esses aspectos fazem parte da vida, e de uma vida difícil na maioria das vezes em que o nível de escolarização

daqueles que buscam outros patamares de uma vida mais digna e menos excludente se torna uma luta incessante por um lugar mais justo na sociedade.

O enredo em que, social e economicamente, caminhamos é o das exclusões caracterizadas por interesses de uma pequena parcela da população que detém o poder do capital econômico. Esta elite, com seus poderes e planejamentos para manterem o sistema neoliberal ativo no globo, desenvolve mecanismos estratégicos socioculturais-econômicos e a escola não está por fora disso no cumprimento dessa demanda.

Nas reuniões dos grupos do capital se constroem as propostas educacionais que serão aplicadas na escola pública para a formação dos sujeitos que, para o cumprimento desse objetivo, precisa estar alijados de sua real função como cidadão participe e ativo das reais mudanças sociais, que precisam atender a grande massa de excluídos. Estes excluídos e a margem da sociedade pelo modelo do consumo desenfreado, não só das mercadorias, mas também dos recursos naturais; o papel da escola passa pela construção inversa desse sentido de formação humana. É uma agenda que é demandada para os Ministérios da Educação dos países em desenvolvimento, na América Latina e outros países do mundo.

Daí que na contra mão dessa demandas, torna-se preciso construir e consolidar uma educação formal, que atenda as diferenças na melhoria das condições de vida a esses excluídos, aqueles que precisam de uma nova chance no sistema escolar, não estão por fora desse contexto. Do que estamos falando, não é de uma educação diferenciada, mas de uma educação que contemple os aspectos da identidade construída no meio sócio-cultural, em nosso caso amazônico, no caso, também, dos caboclos amazônidas.

Falamos de uma educação para essas diferenças. Nesse sentido a importância da igualdade e do respeito mútuo torna-se fator principal, com a superação dos preconceitos de qualquer espécie, tanto regionais, no falar e no se expressar como de grupos étnicos ou pobreza.

Ela refere-se a uma pedagogia voltada para os direitos humanos e de respeito pela ambiente natural, estando inserida num grande movimento cultural pela igualdade de oportunidades educativas e numa melhor qualidade de vida, em particular, e em relação às minorias e às camadas menos favorecidas da sociedade.

RECOMENDAÇÕES

A Educação de Jovens e Adultos se diferencia da educação infantil em seus aspectos mais diversos, principalmente enquanto esta pressupõe o desenvolvimento da auto-educação direcionada e sustentada na sistematização das atividades dos alunos, estes para obterem conhecimento, habilidades, atitudes e valores. Essa auto-educação significa o conduzir do fazer educacional pelos aspectos de aprendizagem básica que envolve a alfabetização pessoal com e pelo indivíduo aprendiz.

A EJA é uma educação que mergulha em uma filosofia educativa e específica, no que se refere à aprendizagem e ao ensino. Ela precisa estar embasada ainda em pressupostos daquilo que os adultos querem aprender, em perspectiva daquilo que podem realizar na sala de aula. É importante que o professor que conduz à educação precisa estar conectado com as reais necessidades desse aluno jovem/adulto.

Não é indiferente aos professores/as que a aprendizagem acontece de múltiplas maneiras nos múltiplos contextos sociais. A escola em seu papel cultural na sociedade formaliza o processo de aprendizagem, os professores/as conduzem as múltiplas metodologias de acordo com os seus fazeres pedagógicos orientados, na maioria das vezes, pelo sistema educacional oficial.

A produção do conhecimento tem como forma o estudo, é por meio da pesquisa que podemos revelar as nuances da realidade em que estamos inseridos, assim ter o conhecimento que buscamos revelar sobre essa realidade. A ciência explora diversas possibilidades de conquistas e perspectivas de realizações para possibilitar que tenhamos como objetivo o esclarecimento de como solucionar os problemas que surgem nos contextos sociais. Por esse motivo é que o professor, enquanto agente de produção do conhecimento, em sua prática pedagógica precisa ser aquele que analisa e reflete seu próprio fazer educacional.

Em meio a todo um cenário de iminentes chegadas e distanciamentos, em relação à aplicabilidade do que legislam as políticas públicas educacionais, no contexto da EJA, existem ações concretas, de interesses e compromissos, em avançar para uma realidade positiva. Mas em que velocidade, ou compromisso, vai depender dos interesses administrativos públicos e do empenho da Escola.

REFERÊNCIAS

- ABAD, M. (2002). Las politicas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. *Última Década*, Viña del Mar, CIDPA, n° 16. p. 119-155, mar..
- ADORNO, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul/dez 2002, p. 84-135.

- ALBUQUERQUE, R. (2016) *Mina do Pitinga, 35 anos de controvérsias e nada a comemorar*. Recuperado de: <https://amazoniareal.com.br/mina-do-pitinga-35-anos-de-controversias-e-nada-a-comemorar/>.
- ALMEIDA, L. S. C. (2018). *Educação Inclusiva no Campo: realidades e desafios no contexto escolar em Presidente Figueiredo no Amazonas*. Manaus. Recuperado de: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6502/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o_S%C3%A9rgio%20Castro. Tese de Doutorado.
- ALVES, M. (2003). *Como escrever teses e monografias (um roteiro passo a passo)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsever.
- ARROYO, M. G. (2006). Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L., GIOBANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Org.) *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-50.
- ARROYO, M. G. (2006). *A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão*. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Ministério da Educação. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB,.
- Ache Tudo e Região. (2018) *Geografia de Prsidente Figueiredo*. Recuperado de: https://www.achetudoeregiao.com.br/am/presidente_figueiredo/geografia.htm.
- BIFFI, P. C. (2017). *Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo/SP. Universidade Presbiteriana Makenzie. PPGE Mestrado em Educação, Arte e História da Ciência. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado.
- BITTENCOURT, A. (1959). *Fundos e campanhas educacionais*. Rio de Janeiro: DNE/MEC.
- BRASIL. (2022). *BNCC: Base Nacional Comum Curricular – Vários Autores*. 1. Ed. Instituição/MEC. Recuperado de: <https://www.baixelivros.com.br/didatico/bncc>. 2022.
- _____. (2022a) *Histórico da BNCC*. Recuperado de: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 19/10/2022.
- _____. (1996). *Lei nº 9.394 -LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Recuperado de: https://www.geledes.org.br/ldb/?amp=1&gclid=Cj0KCQjwkt6aBhDKARIsAAyeLJ2e880HCHiUh_vxKyFQT81DHhQ1KQiBT-iXGtPCbMkWwBwCD8GF9FoaAgE5EALw_wcB.
- _____. (2020). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- _____. (2021). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (2002). *Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino*

fundamental: 5a a 8a série: introdução. *Secretaria de Educação Fundamental*, 148 p.: il.: v. 1.

_____. *Parecer CNE/CEB nº 04/1998*, de 29 de janeiro de 1998. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental do Conselho Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação/Câmara de Educação Básica, 1998.

_____. *Parecer CNE/CEB nº 11/2000*, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2000.

_____. (2000a). *Resolução CNE/CEB nº 1/2000*, aprovado em 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

_____. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, (2017). Recuperado de: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf.

_____. (2020). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 93.94, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de <http://www.mec.gov.br>.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2005.

_____. *Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006*. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 fev. 2006. Edição nº 27, Seção 1, p. 1.

CATELLI Jr. R.; GISI, R. B.; SERRÃO, L. F. S. (2013). Enceja: cenário de disputas na EJA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez.

CONFERÊNCIA internacional sobre a educação de adultos. *Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos: agenda para o futuro*. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. (Série SESI/UNESCO, Educação do Trabalhador, 1).

DEMO, P. (2001). *Avaliação quantitativa*. São Paulo: Cortez.

Di PIERRO, M. C.; JOIA, Orlando & RIBEIRO, Vera Masagão. *Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

FREIRE, P. & BETTO, F. (1985). *Essa Escola Chamada Vida* (depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho). São Paulo: Ática.

- FREIRE, P. (1987) *Pedagogia do Oprimido*. (17a ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1999). *Educação como prática da liberdade*. (23a ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FOUREZ, G. (1995). *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GADOTTI, M. (2009). *Educação de adultos como direito humano*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- GADOTTI, M. & ROMÃO, J. (org.). (2022). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2011. Recuperado de: www.acervo.paulofreire.org>FPF_PTPF_12_081. Acesso em: 28 mar. 2022.
- GADOTTI, M. (2011). Desafios da formação de alfabetizadores. En: Ramos, M. F. & Roman, A. (Ed.). *Educadores sociais: a importância da formação na implementação de tecnologias sociais*. Brasília: Fundação Banco do Brasil.
- GADOTTI, M.. (1992). *Educação Multicultural e Equidade: diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal.
- GIL, A. C. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- HADDAD S; DI PIERRO, M.C. (1998). *Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da Educação para Todos*. In.: São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 1,
- LÈVY, P. *Cibercultura*. 2000. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3ª ed. São Paulo: Editora 34.
- KNOWLES, M. *Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- LIMA, J. S. C. (2015). *A educação no horizonte do provável: dispositivos biopolíticos na escolarização de pessoas jovens e adultas*. São Paulo/SP. Universidade Nove de Julho. Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – PPGE/Uninove
- LIMA, L. G. *Ficções do Ciclo da Borracha: a selva, beiradão, o ambiente das Amazonas*. Manaus: EDUA. 2009.
- MATURANA R. H.; MAGRO, C.; GRACIANO, M.; VAZ, N. (Org.). (2001). *A Ontologia da Realidade*. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG.
- MEDEIROS, M. M. (2018). *Direitos de Ser: Formação e Experiência na Educação de Jovens e Adultos*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP. Dissertação de Mestrado.
- MORIN, E. (2002). *O Método 5: a humanidade da humanidade*. Trad. – Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.

- MINAYO, M. C. S. (Org). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. (18a ed.). Petrópolis: Vozes.
- MINAYO, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- NASCIMENTO, S. M. (2013). *Educação de Jovens e Adultos EJA, na visão de Paulo Freire*. Paraná: UTEP, 2013. (Monografia de Especialização, Universidade Tecnológica do Paraná).
- NAZARIO, M. A. (2014). *A política de educação municipal e o tratamento da educação de jovens e adultos*. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Educação. PPGE/PE. Dissertação de Mestrado.
- PEREIRA, L. C. (2015). *Educação de Jovens e Adultos: uma experiência com a modelagem matemática*. Pontífca Universidade Católica de São Paulo/SP. Dissertação de Mestrado.
- Portal Amazônia. (2019). *Presidente Figueiredo*. Recuperado de: <https://portalamazonia.com/amazonia-az/presidente-figueiredo>.
- SEVERINO, A. J. (2016). *Metodologia do Trabalho Científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez.
- SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. & GOMES, N. L. (2011). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. (4a ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Encontra Manaus. *Presidente Figueiredo*: Recuperado de: <https://www.encontramanausam.com.br/sobre/municipio-presidente-figueiredo-manaus/>.
- WEB4BUSINESS. (2018) *Presidente Figueiredo*. Recuperado de: <https://www.web4business.com.br/sites/desenvolvimento-de-site-sp-em-presidente-figueiredo>.
- UNICEF – Nações Unidas para a Infância. (2020). *Para estimular e reconhecer avanços reais e positivos na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira*. Recuperado de: https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/indicadores/2017-2020/dadosfinais_AM_PresidenteFigueiredo.pdf.